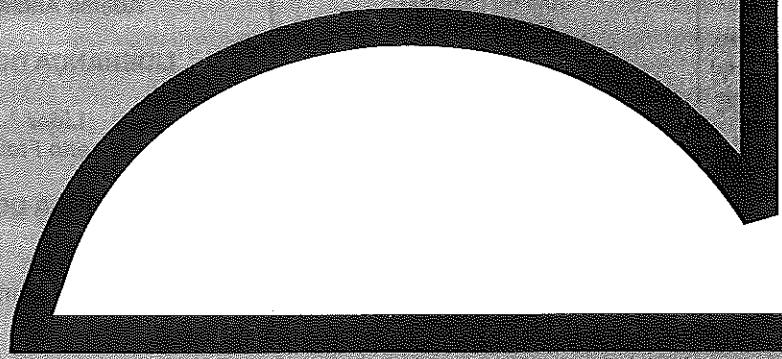




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

<p>MESA</p> <p>Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPB – MS</p> <p>4º Secretário Emandes Amorim – PMDB – RO</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emilia Fernandes – PTB – RS</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</p> <p>Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p>Corregedores – Substitutos (Eleitos em 16-3-95)</p> <p>1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>PROCURADORIA PARLAMENTAR</p> <p>(Designação: 16 e 23-11-95)</p> <p>Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Omelas – PFL – BA Emilia Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p>	<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Giovam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitacio Cafeteira</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Júnia Marise</p> <p>Vice-Líder Sebastião Rocha</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Ademir Andrade</p> <p>LIDERANÇA DO PPS</p> <p>Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSL</p> <p>Líder Romeu Tuma</p>
--	---	--

<p>EXPEDIENTE</p> <p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf</p>	<p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>
--	---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 194^a SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE NOVEMBRO DE 1996.

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de Declaração

Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar e Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação.....

18391

1.2.2 – Aviso

Nº 150, de 1996, de 11 do corrente, do Ministro de Estado da Aeronáutica, encaminhando, nos termos do item 4 do Anexo da Resolução do Senado Federal nº 37, de 1996, e do art. 48, IV, da Constituição Federal, proposta de programa de fortalecimento do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM, levando ao conhecimento do Congresso Nacional, as medidas tomadas pelo Executivo, no âmbito do SIPAM/SIVAM, no que tange à preocupação de viabilizar diretrizes propulsoras do desenvolvimento sócio-econômico na Amazônia brasileira.....

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR EDUARDO SUPILCY – Considerações a respeito do crescimento do serviço da dívida externa brasileira, justificando requerimento a ser apresentado nesta sessão, solicitando informações ao Ministro da Fazenda sobre o tema. Aguardando resposta ao requerimento de S.Ex^a, que solicita informações ao Ministro Pedro Malan acerca dos procedimentos da Secretaria Municipal de Finanças do Município de São Paulo em seu relacionamento com as distribuidoras de valores mobiliários durante os anos de 1994 e 1995.....

18393

SENADOR FRANCISCO ESCÓRCIO – Homenagens à Brasília. Intenção de apresentar projeto de lei que dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal, e a criação do Estado do Planalto Central, abrangendo as cidades satélites e os municípios do Entorno.....

18395

SENADOR VALMIR CAMPELO – Questionando decisão do Governo do Distrito Federal de estabelecer prazo para que os aposentados, com cargos acumulados, optem pelos proventos da aposentadoria ou pelo salário do cargo efetivo.....

18397

SENADOR ROMERO JUCÁ – Regozijo pelo acordo celebrado entre o Brasil e a Venezuela, visando uma solução definitiva para o problema de

suprimento de energia elétrica na Região Amazônica, em especial no Estado de Roraima.....

18398

1.2.4 – Ofício

Nº 833, de 1996, da Liderança do Bloco PMDB/PSD/PSL/PSC, na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....

18400

1.2.5 – Requerimentos

Nº 1.070, de 1996, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando ao Ministro da Fazenda as informações que menciona.....

18400

Nº 1.071, de 1996, de autoria do Senador Ademir Andrade e outros Srs. Senadores, solicitando que a Hora do Expediente da Sessão do Senado Federal em 21 de novembro de 1996, seja dedicado a homenagear o jornal *O Liberal*, de Belém do Pará, que em 15 do corrente completa 50 anos de sua fundação.....

18402

Nº 1.072, de 1996, de autoria do Senador Coutinho Jorge e outros Srs. Senadores, solicitando que a Hora do Expediente da Sessão do Senado Federal em 21 de novembro de 1996, seja dedicado a homenagear os 50 anos do jornal *O Liberal*, de Belém do Pará.....

18403

1.2.6 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR ROMEU TUMA – Questão dos menores abandonados. Comentários a respeito do artigo intitulado "Ruth Cardoso lança ação pró-criança", publicado na coluna *Colasas da Política*, da jornalista Dora Kramer, do *Jornal do Brasil*, de hoje.....

18404

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Inclusão, em aditamento à pauta do próximo dia 19 do corrente, do Projeto de Resolução nº 63, de 1995, que institui duas coleções, a serem editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas, uma sobre a história constitucional do País e outra sobre os grandes vultos que honraram o Senado.....

18407

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1995, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera dispositivos da lei de execução penal sobre exame criminológico e progressão do regime de execução das penas privativas de liberdade, e dá outras providências.....

18407

1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 52, de 1995, que suprime o § 3º do art. 199 da Constituição, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País..... 18407

SENADOR ODACIR SOARES – Comunicando o encontro de diversas lideranças políticas, sindicais e empresariais, em Porto Velho/RO, realizado no auditório da Faculdade de Ciências Humanas e Letras de Rondônia – FARO, que culminou com a apresentação do "Temo de Ajuste e Compromisso Estabelecido entre IBAMA, Governo do Estado de Rondônia e Setor de Base Florestal"..... 18409

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DE COMISSÃO

Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Diretora do Senado Federal, realizada em 12 de novembro de 1996..... 18412

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.276 a 1.279, de 1996..... 18412

4 – MESA DIRETORA

5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO

PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 194^a Sessão não Deliberativa em 13 de novembro de 1996

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 50^a Legislatura

Presidência dos Srs. Eduardo Suplicy e Valmir Campelo

(Inicia-se a sessão às 14h30min)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

CÚPULA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO

13 a 17 de novembro de 1996

Roma, Itália

DECLARAÇÃO DE ROMA SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR E PLANO DE AÇÃO DA CÚPULA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO

Este documento foi aprovado pela Comissão de Segurança Alimentar Mundial no encerramento de sua 22^a Sessão em 31 de outubro de 1996, e, em consonância com a Resolução 2/95 da Conferência da FAO, é encaminhada à Cúpula Mundial da Alimentação para adoção.

Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial

Nós, Chefes de Estado e de Governo¹, – ou nossos representantes, reunidos na Cúpula Mundial da Alimentação, a convite da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, reafirmamos o direito de todos ao acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito a alimentos adequados e o direito fundamental de todas as pessoas a estarem livres da fome.

Hipotecamos nossa vontade política e nosso compromisso comum e nacional para com a obtenção da segurança alimentar para todos e para um esforço permanente no sentido de erradicar a fome em todos os países, com o objetivo imediato de reduzir o número de pessoas subnutridas à metade da cifra atual, no máximo até o ano 2015.

Consideramos intolerável que mais de 800 milhões de pessoas em todo o mundo, e particularmente nos países em desenvolvimento, não tenham alimentos suficientes para atender a suas necessidades nutricionais básicas. Essa situação é inaceitável. Os suprimentos de alimentos vêm crescendo substancialmente, mas as restrições do acesso aos alimentos e a incapacidade permanente das rendas familiares e nacionais para a compra de alimentos, a instabilidade da oferta e da demanda, bem como os desastres naturais e os provocados pelo homem, impedem que as necessidades alimentares básicas sejam supridas. Os problemas da fome e da insegurança alimentar têm dimensões globais, e irão provavelmente persistir, e até mesmo aumentar dramaticamente em algumas regiões, a não ser que sejam tomadas iniciativas urgentes, determinadas e conjuntas, dado o aumento já previsto da população do mundo e a pressão sobre os recursos naturais.

Reafirmamos que um ambiente político, social e econômico pacífico, estável e capacitante é a base essencial que irá permitir aos Estados dar a prioridade adequada à segurança alimentar e à erradicação e à erradicação da pobreza. A democracia, a promoção e a proteção de todos os direitos humanos e das liberdades fundamentais, inclusive do direito ao desenvolvimento, bem como a participação ampla e igualitária de homens e mulheres, são essenciais para se alcançar a segurança alimentar sustentável para todos.

¹ Quando é usada a palavra "Governo", ela inclui também a Comunidade Européia dentro de suas áreas de competência.

A pobreza é uma das grandes causas da insegurança alimentar, e o progresso sustentável da erradicação da pobreza é crucial para melhorar o acesso aos alimentos. Os conflitos, o terrorismo, a corrupção e a degradação ambiental também contribuem significativamente para a insegurança alimentar. Deve-se buscar o aumento da produção de alimentos, inclusive dos alimentos básicos. Isso deve ser realizado dentro da estrutura do gerenciamento

sustentável dos recursos naturais, da eliminação dos padrões insustentáveis de consumo e de produção, particularmente nos países industrializados, e da estabilização imediata da população mundial. Reconhecemos a contribuição fundamental das mulheres para a segurança alimentar, particularmente nas áreas rurais dos países em desenvolvimento, e a necessidade de assegurar a igualdade entre homens e mulheres. A revitalização das áreas rurais deve também ser uma prioridade, para incrementar a estabilidade social e ajudar a remediar a taxa excessiva de migração rural para os centros urbanos, com que se defrontam muitos países.

Enfatizamos a urgência da tomada de iniciativa agora, para cumprir nossa responsabilidade de obter a segurança alimentar para as gerações atuais e futuras. A obtenção da segurança alimentar é uma tarefa complexa, cuja responsabilidade básica pertence a cada um dos governos. Eles devem desenvolver um ambiente capacitante e ter políticas que assegurem a paz, bem como a estabilidade e a equidade social, política e econômica, e a igualdade dos gêneros. Manifestamos nossa profunda preocupação com a persistência da fome que, nessa escala, constitui uma ameaça tanto para as sociedades nacionais como, de diversas maneiras, para a estabilidade da própria comunidade internacional. Dentro da estrutura global, os governos devem também cooperar ativamente uns com os outros e com a organização das Nações Unidas, as instituições financeiras, as organizações intergovernamentais e não governamentais, e com os setores públicos e privado, em programas direcionados para o atingimento da segurança alimentar para todos.

Os alimentos não devem ser usados como um instrumento de pressão política e econômica. Reafirmamos a importância da cooperação e da solidariedade internacionais, bem como a necessidade de evitar as medidas unilaterais, incompatíveis com o direito internacional e com a Carta das Nações Unidas, e que colocam em risco a segurança alimentar.

Reconhecemos a necessidade de adotar políticas tendentes ao investimento nas áreas de desenvolvimento de recursos humanos, de pesquisa e infraestrutura, a fim de se atingir a segurança alimentar. Devemos encorajar a geração de emprego e de rendas e promover o acesso equitativo aos recursos financeiros e de produção. Concordamos que o comércio é um elemento chave para atingir a segurança alimentar. Concordamos em prosseguir com as políticas de comércio de produtos alimentares e as políticas comerciais globais, que encorajem os nos-

sos produtores e consumidores a utilizar os recursos disponíveis de uma forma econômicamente correta e sustentável. Reconhecemos a importância da agricultura pesca, silvicultura e desenvolvimento rural sustentáveis em áreas com potencial baixo ou alto no que se refere à segurança alimentar. Reconhecemos o papel fundamental dos produtores rurais, pescadores, sivicultores, povos indígenas e suas comunidades, e todos as outras pessoas envolvidas no setor alimentar, e de suas organizações, apoiados por pesquisa e extensão eficazes, no sentido de conseguir a segurança alimentar. As nossas políticas de desenvolvimento sustentável promoverão uma participação plena e a tomada de poder pelas pessoas especialmente pelas mulheres, uma distribuição de renda equitativa, acesso aos cuidados em saúde e à educação e oportunidades para os jovens. Deverá ser dada uma atenção especial àqueles que não podem produzir ou conseguir alimentação suficiente para uma dieta adequada, incluindo aqueles afetados pela guerra, guerra civil, desastres naturais ou mudanças ecológicas relacionadas com o clima. Estamos conscientes da necessidade de ações urgentes no sentido de combater as pragas, a seca e a degradação dos recursos naturais, incluindo a desertificação, a pesca em excesso e a erosão da diversidade biológica.

Estamos decididos a desenvolver esforços para mobilizar e otimizar a alocação e utilização de recursos financeiros e técnicos de todas as fontes, incluindo o alívio da dívida externa no caso dos países em desenvolvimento, e reforçar ações nacionais para implementar políticas sustentáveis de segurança alimentar.

Convencidos de que o caráter multifacetado da segurança alimentar exige uma ação conjunta a nível nacional, bem como esforços internacionais efetivos para complementar e reforçar a ação nacional, nós assumimos os seguintes compromissos:

- asseguraremos um meio ambiente que seja política, social e economicamente capacitante, concebido para criar as melhores condições para a erradicação da pobreza e para uma paz duradoura, baseado numa participação plena e equitativa das mulheres e dos homens, que conduza à obtenção de uma segurança alimentar sustentável para todos;

- implementaremos políticas que objetivam a erradicação da pobreza e da desigualdade e o aumento do acesso físico e econômico por parte de todos, em todos os tempos, a um alimentação suficiente, nutricionalmente adequada e saudável e sua utilização eficaz;

– buscaremos políticas e práticas participativas e sustentáveis de desenvolvimento rural, das florestas, da pesca e da agricultura nas áreas de alto e baixo potencial, políticas essas que são essenciais para o suprimento de alimentação adequada e confiável a nível de agregado familiar, a nível nacional, regional e global e políticas de combate às pragas, à seca e à desertificação, tendo em mente o caráter multifuncional da agricultura;

– lutaremos para garantir que as políticas de alimentação, comércio de produtos agrícolas e comércio geral conduzam ao fomento da segurança alimentar para todos, através de um sistema de comércio mundial justo e orientado para o mercado;

– tentaremos evitar e estar preparados para os desastres naturais e emergências resultantes de ações humanas, e lidar com as necessidades de alimentação transitórias e emergenciais de forma tal que encoraje a recuperação, reabilitação, desenvolvimento e capacidade de satisfazer as necessidades futuras;

– promoveremos uma alocação ótima e o uso de investimentos públicos e privados para fomentar os recursos humanos a alimentação, agricultura, pesca e sistemas de silvicultura sustentáveis, bem como o desenvolvimento rural, em áreas de alto e baixo potencial;

– implementaremos, fiscalizaremos e faremos o acompanhamento deste Plano de Ação em todos os níveis, em cooperação com a comunidade internacional.

Nós assumimos o compromisso, com as nossas ações e o nosso apoio, de implementar o Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação.

Roma, 13 de novembro de 1996

Tradução de Isabel Taveira e Vanira Tavares, Núcleo de Tradução da Secretaria de Documentação e Informação do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO CONJUNTO Nº 150/GAB/SAE/PR

Brasília, 11 de novembro de 1996

A Sua Excelência, o Senhor
Senador José Sarney,
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, referimo-nos à Resolução do Senado Federal nº 37, de 1996, em especial ao Item 4, do Anexo, que recomenda ao Poder Executivo encaminhar ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, IV, da Constituição Federal, proposta de programa de fortalecimento do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM.

2. Seguindo os trâmites necessários à provisão de recursos, no orçamento de 1996, para o Sipam/Sivam, o Presidente da República, houve por bem enviar, ao Congresso Nacional, a Mensagem nº 887, de 19 de setembro de 1996, submetendo à apreciação parlamentar Exposição de Motivos nº 192/MPO, do Ministro do Planejamento e Orçamento, a qual solicita autorização para abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito especial, para os fins que especifica, isto é, implementação e consolidação da infraestrutura do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM e do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM, conforme proposto pela Secretaria de Assuntos Estratégicos. Ademais, em complemento à informação, vale registrar que estão previstos recursos, pertinentes a esse Projeto, no Plano Plurianual de Investimentos e nos Projetos de Lei Orçamentária dos anos vindouros.

3. Além disso, determinou, Sua Excelência, aos Ministro da Aeronáutica e Secretário de Assuntos Estratégicos, que levassem a conhecimento da Presidência do Senado Federal as medidas tomadas pelo Executivo, no âmbito do Sipam/Sivam, em consonância com o pensamento do Poder Legislativo, no que tange à preocupação de viabilizar diretrizes propulsoras do desenvolvimento sócio-econômico na Amazônia brasileira. Tal posição está expressa no Parecer do eminente Senador Ramez Tebet, aprovado, em Plenário, no dia 23 de maio de 1996.

4. Notaria a Vossa Excelência que a mencionada Mensagem Presidencial contempla recursos orçamentários, da Fonte Tesouro, destinados a atender metas do subprojeto "Implantação da Infra-estrutura do Sipam", como de resto vem ocorrendo desde 1992, os quais serão aplicados na continuidade de serviços e obras ora em andamento, com vistas a fortalecer o desenvolvimento regional, a maximizar a utilização da infra-estrutura disponível e a criar um ambiente facilitador à atuação integrada dos órgãos governamentais. Com esta ótica, nos últimos quatro anos foram investidos recursos da ordem de R\$25 milhões.

5. Dessa forma, para corroborar esse raciocínio, é lícito registrar os trabalhos de instalação de

uma Pequena Central Hidrelétrica, em São Gabriel da Cachoeira-AM, com potência confirmada de 2,65 MW (podendo alcançar até 4,8 MW), da qual serão aproveitados 0,3 MW para uso em uma Unidade de Vigilância do Sivam, já implantada naquela cidade, ficando o excedente de 2,35 MW para uso da comunidade local (10 mil habitantes), cujas necessidades estarão atendidas até o ano 2008, em vista do ritmo de crescimento estimado. O valor total da obra é de R\$14 milhões, dos quais já foram aplicados R\$2 milhões, prevendo-se o início das operações para o mês de março de 1999. Para permitir a abertura do canteiro de obras, após acordos formalizados com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, foi iniciada a construção da estrada de acesso (10 km) entre o Porto de Camanaus e o Igarapé Miuá, local designado para a construção da Pequena Central Hidrelétrica. Esta estrada também servirá de elo para a linha de distribuição de energia entre os usuários, incluindo-se as comunidades indígenas de Camanaus e Tancredo Neves, as quais serão contempladas, além da energia elétrica, com a construção de Postos Médicos e poços artesianos, atendendo-se antigas reivindicações manifestadas por suas lideranças.

6. Noutra vertente, no espírito de cooperação entre órgãos do Executivo, fundamento conceitual do Sipam/Sivam, recursos do Sipam irão viabilizar, também, tarefa de elaboração da proposta técnica do Pró-Amazônia, empreendimento de interesse do Departamento de Polícia Federal, em conformidade com o que preceitua a Exposição de Motivos nº 194, aprovada em 21 de setembro de 1990, na qual alia-dá à determinação emitida para a SAE/PR, com vistas a criar um Sistema que facultasse a "atuação integrada dos órgãos governamentais", ficou, também, estabelecida incumbência para o Ministério da Justiça "estruturar um conjunto de medidas que o permita integrar-se ao Sistema, de forma a habilitá-lo ao desenvolvimento das ações de sua responsabilidade". O mencionado trabalho cooperativo, entre equipes técnicas do DPF e da Comissão para Coordenação do Projeto Sivam (CCSIVAM), está tendo seguimento graças à parceria estabelecida, entre a Secretaria de Assuntos Estratégicos e os Ministérios da Aeronáutica e da Justiça, para empregar a experiência adquirida no processo de conformação do Sipam/Sivam em proveito do Pró-Amazônia. Este projeto pretende aprimorar a capacidade do aparelho policial, facultando, ao Ministério da Justiça, melhores condições para implementar a repressão aos ilícitos na região amazônica.

7. Por sua vez, os recursos orçamentários, provenientes de financiamento externo, relativos ao subprojeto "Implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia-Sivam" correspondem à metas previstas no Programa de trabalho acordado entre o Governo Federal e os fornecedores de equipamentos e prestadores de serviços, conforme estabelecido em Contrato Comercial, assinado em 25 de maio de 1995. Tais metas referem-se à aquisição de instrumento (plataformas de coleta de dados ambientais, estações meteorológicas, sistemas de comunicações, radares, aeronaves de vigilância e de sensoreamento remoto, antenas de recepção de imagens e dados de satélites, etc.), como também às obras civis, ao desenvolvimento de softwares e de sistemas gerenciais integrados, à elaboração de projetos e à logística, entre outros.

8. Assim o Executivo, atento as recomendações, emanadas de resolução desta Casa do Legislativo, tratando da questão Sipam/Sivam, adota mecanismos efetivos de coordenação entre órgãos do governo, nos níveis federal, estadual e municipal, com vistas a implementar ações eficazes para a preservação do equilíbrio ambiental, o apoio ao zoneamento ecológico-econômico, a discussão e o combate a atividades ilegais, o incremento de segurança da navegação área e fluvial, a fiscalização sanitária e vigilância e salvaguardas das fronteiras, sobretudo, prestando suporte ao desenvolvimento da Amazônia.

9. Com essa visão, seguindo os mesmos procedimentos efetuados no âmbito federal, onde foram cadastradas mais de cinqüenta, organizações (INPE, Embrapa, Inmet, Dnase, CPRM, Funai, Ibama, Incra, IBGE, entre outras) participantes ativas – compartilhando bancos de dados e recursos técnicos – equipes da Secretaria de Assuntos Estratégicos e do Ministério da Aeronáutica têm visitado todos os Estados da Amazônia Legal estabelecido contatos com os Governadores e órgãos dos Governos estaduais, em nível de Secretaria, além de entidades como Universidades, Institutos de pesquisas e de proteção ambiental, Federações das Indústrias e Organizações não-governamentais, procurando determinar processos de interação com o Sipam/Sivam que venham produzir, a curto e médio prazos, os melhores resultados, privilegiando-se o interesse regional e fortalecendo a Federação.

10. Em vista do exposto, reafirmamos a Vossa Excelência nossa mais firme convicção de que as medidas já implementadas conforme descrições expressas nos itens 4, 5, e 6, além daquelas ora enunciadas ao Congresso Nacional, por intermédio da

Mensagem Presidencial citada ao início, significam a abertura de novos caminhos para consolidar a Integração, em definitivo e sob todos os aspectos, da Amazônia ao restante do Brasil.

Respeitosamente, – Lélio Viana Lôbo, Ministro de Estado da Aeronáutica. – Ronaldo Mota Sar-denbergs, Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - O aviso será anexado ao processado do Projeto de Resolução nº 35, de 1996, e, em cópia, ao do Projeto de Lei nº 17, de 1996-CN.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Há oradores inscritos.

Concede a palavra ao eminente Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (PT - SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Senado precisa voltar a dedicar atenção especial à questão da dívida externa brasileira. Não apenas para votar operações específicas de captação ou reestruturação de endividamento externo, mas sobretudo para levar em conta o aspecto macroeconômico da questão. Poucos têm se dado conta do rápido crescimento do endividamento brasileiro e do serviço da dívida nos anos recentes.

A imprensa nacional e os meios de comunicação em geral vêm-se concentrando, nos últimos meses, em noticiar a evolução adversa da balança comercial. Raramente se faz referência ao fato de que os déficits comerciais recentes só são um problema grave quando considerados à luz do conjunto das contas externas do País, as quais refletem em grande medida o peso do serviço da dívida, isto é, juros e amortizações.

Ao relegarmos a segundo plano essa dimensão do problema, torna-se rigorosamente impossível entender o que está acontecendo. À primeira vista, não parece comprehensível que um desequilíbrio de US\$3 bilhões, ou mesmo US\$4 bilhões, como o que se prevê para a balança comercial brasileira em 1996 - e hoje já se anuncia que por cinco meses consecutivos a balança comercial apresentará déficit - possa ser tão problemático e objeto de tanto comentário e de tanta preocupação da parte da imprensa, dos economistas e dos mercados financeiros internos e externos. Por que um déficit dessa magnitude tanto preocuparia um país que se vangloria de ter US\$57 bilhões de reservas no Banco Central, no conceito de caixa?

A razão é que o desequilíbrio comercial é apenas uma parte, e não a parte preponderante, do de-

sequilíbrio externo brasileiro. Em outras palavras, a balança comercial explica uma parte relativamente limitada das nossas necessidades de recursos externos. Em 1996, o déficit em transações correntes, que inclui o déficit comercial e é o que precisa ser coberto com entrada líquida de capitais ou perda de reservas, deve ficar por volta de US\$20 bilhões. O déficit comercial responde, assim, por apenas cerca de 15% a 20% do desequilíbrio total em conta corrente. O principal componente do desequilíbrio em conta corrente é o déficit na balança de serviços, que é por sua vez dominado pelos juros da dívida externa. Em 1996, a despesa bruta com os juros da dívida externa dos setores público e privado deve alcançar algo como US\$12,5 bilhões.

Infelizmente, o problema não pára aí. Além de ter de financiar o débito em conta corrente, o Brasil precisa também garantir a rolagem do principal da dívida, montante que naturalmente não está incluído na conta corrente do balanço de pagamentos. Em 1996, segundo dados oficiais do Banco Central, as amortizações de principal da dívida de médio e longo prazos chegarão a US\$12,9 bilhões. O serviço da dívida externa (juros mais principal) chega, portanto, a mais de US\$25 bilhões este ano.

É preciso salientar que esses valores de 1996, para juros e principal da dívida, representam significativo crescimento em relação ao registrado em anos recentes, fato que tem sido pouco comentado no debate econômico recente. As despesas brutas de juros, que oscilaram entre US\$8 bilhões e US\$9,5 bilhões entre 1991 e 1994, alcançaram US\$10,6 bilhões no ano passado. Em 1996, temos dados até setembro que indicam uma despesa bruta de US\$8,6 bilhões, um crescimento de 19% em relação ao dispêndio ocorrido entre janeiro e setembro de 1995.

Também vem acontecendo um aumento expressivo das amortizações pagas. Esses pagamentos passaram de US\$9,3 bilhões em 1993 para US\$11 bilhões por ano em 1994 e 1995. Como já foi indicado, alcançarão quase US\$13 bilhões em 1996.

Não se pode dizer que a tendência não é preocupante. Tanto mais que haverá uma concentração de vencimentos da dívida de médio e longo prazos em 1997, sempre de acordo com os dados oficiais. No ano que vem, prevê-se amortizações de US\$18,1 bilhões, um aumento de 41% em relação ao previsto para 1996. Ainda que a taxa de juro média incidente sobre a dívida não aumente, a despesa de juros também deve crescer no ano que vem, uma vez que o estoque da dívida externa está aumentan-

do continuamente. Pode-se estimar que a despesa bruta de juros se aproxime de US\$14 bilhões.

Desse modo, o serviço total da dívida alcançaria nada menos que US\$32 bilhões em 1997. E cabe ressaltar que esses números não incluem os vencimentos de principal da dívida externa de curto prazo, que devem ser refinanciados de forma mais ou menos contínua ao longo do ano.

Não é minha intenção, neste momento, fazer nenhum tipo de alarmismo. Por mais impressionantes que possam ser os números que acabo de mencionar, não se pode daí concluir que o País está à beira de um colapso cambial ou financeiro. Enquanto o Brasil tiver amplo acesso aos mercados financeiros internacionais, será possível refinanciar esses compromissos e manter um nível adequado de reservas internacionais. Mas é preciso que esta Casa não perca de vista o tema da dívida. E que o Governo não se acomode numa postura imediatista, sem dar a devida atenção ao problema latente.

Não podemos perder de vista o que estabelece a Resolução nº 82/90 do Senado Federal. Esta resolução fixou os parâmetros macroeconômicos que o Executivo deve respeitar na negociação da dívida externa. Estabeleceu, por um lado, que o desembolso de divisas para atendimento dos compromissos da dívida não deverá comprometer o nível mínimo de reservas, definido como quatro meses de importação (Art. 3º) - com respeito a esse ponto, não está havendo problema. Por outro lado, o art. 2º da referida resolução estabeleceu a necessidade de respeitar a capacidade interna de pagamento da União.

Art. 2º O montante de recursos em moeda nacional destinada à aquisição de divisas para saldar os compromissos da União junto à comunidade financeira internacional será restrito à capacidade interna de pagamento, salvaguardadas as necessidades de financiamento não inflacionários do crescimento econômico.

§ 1º Entende-se por capacidade interna de pagamento a diferença positiva entre as receitas e despesas da administração pública federal direta e indireta, excluída as das instituições financeiras federais.

§ 2º Excluem-se ainda das receitas os recursos provenientes do Programa Nacional de Desestatização.

São notórias as dificuldades que o setor público tem tido em 1995/96 para ajustar as suas finanças. O superávit primário do Governo Federal e do Banco Central caiu de 3,1% do PIB para 0,6% do PIB em 1995. No acumulado do ano até agosto de 1996, o resultado é superavitário em 0,7% do PIB.

Desse modo, a carga de compromissos vem sendo coberta basicamente com endividamento adicional.

É preciso que o governo tenha cuidado com os compromissos que vem assumindo. E que não permita a volta de uma situação em que a política econômica, diante de uma interrupção dos fluxos de financiamento internacional, se veja na contingência de produzir, de uma hora para outra, elevados superávits na balança comercial e no orçamento primário do setor público, com sacrifício dos objetivos de desenvolvimento com justiça social.

É por esta razão, Sr. Presidente, que requeiro ao Ministro da Fazenda encaminhar essas informações, considerando o crescimento do serviço da dívida externa nos anos recentes e à luz do disposto na Resolução nº 82/90, demonstrar de forma adequada o cumprimento do seu art. 2º nos anos de 1990/96, especificando a forma como foi financiado o pagamento da dívida da União junto à Comunidade Financeira Internacional, respeitada a capacidade interna de pagamento e salvaguardadas as necessidades de financiamento não inflacionárias do crescimento econômico.

Discriminar a parcela do serviço da dívida externa que é de responsabilidade do setor público e da parcela que é de responsabilidade do setor privado nos anos 1990 a 1996 e, no tocante à parcela do serviço da dívida externa, que é de responsabilidade do setor público, discriminar a parte que é de responsabilidade da União, a dos Estados e a dos Municípios nos anos de 1990 a 1996.

Sr. Presidente, ontem, aqui desta tribuna, ressaltei a importância de o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, encaminhar, até hoje, data final do prazo, a resposta ao requerimento de informações relativas aos procedimentos da Secretaria Municipal de Finanças do Município de São Paulo, em seu relacionamento com as distribuidoras de títulos de valores mobiliários durante os anos de 1994 e 1995.

Estive no gabinete do Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, no final da tarde de ontem, e fiquei sabendo que S. Ex^a encontrava-se no Palácio do Planalto com o Ministro da Casa Civil. Deslocou-me, então, até lá, onde encontrei o Ministro Pedro Malan, o Ministro da Casa Civil, Clóvis Carvalho e o Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola. Os três me informaram que, hoje, sem falta, eu receberia a resposta a este requerimento de informações. Fiz um apelo para que essa resposta me fosse encaminhada durante a manhã de hoje. Garantiram-me que fariam o possível e que, na primeira hora do dia, estariam enviando o documento.

Sr. Presidente, já são 14 horas e 46 minutos e o Ministro Pedro Malan ainda não encaminhou a resposta, embora a Assessoria Parlamentar da Presidência do Banco Central informe que já está de posse do documento. O que espera o Ministro Pedro Malan para encaminhá-lo? Qual a razão desta demora? Por que coisas de interesse público estão sendo adiadas? Qual é o interesse em se demorar tanto para responder ao requerimento? Estou aguardando e espero receber esse documento o quanto antes.

Ontem, cheguei a dizer ao Ministro Clóvis Carvalho - que tinha o Presidente do Banco Central ao seu lado - que, se fosse necessário, levaria eu mesmo o ofício ao Ministro Pedro Malan para que S. Ex^a assinasse e, assim, fosse encaminhado à Mesa do Senado. O Ministro Clóvis Carvalho respondeu-me que o Governo é eficiente em encaminhar logo os documentos. Mas que eficiência, Sr. Presidente! Fico pensando: será que precisarei novamente ir lá buscar o documento que eles estão encaminhando com tal desenvoltura?

Ah, se fosse o Senador José Serra que estivesse disputando o segundo turno das eleições à Prefeitura de São Paulo com o Sr. Celso Pittal O Senador José Serra disse-me, pessoalmente, que o Banco Central tem essas informações e que conversou com o Presidente da República sobre a relevância de as mesmas serem divulgadas. Disse-me, também, que o Presidente da República iria determinar que essas informações viessem à luz para a opinião pública.

Sr. Presidente, estou aguardando o documento. O que será que está acontecendo? O que faz mover o Governo, com tanta lentidão, em horas como essas? O Governo sabe muito bem as razões pelas quais esse documento precisa chegar logo ao Senado Federal. E espero que chegue antes que seja concluída a sessão do Senado de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Francisco Escórcio, por 20 minutos.

O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO (PFL - MA) - Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, trago a esta Casa comunicação de que deverei apresentar, dentro de poucos dias, projeto relativo ao Distrito Federal. Peço inclusive permissão aos meus Pares para tratar de assunto referente ao Distrito Federal.

Como morador antigo de Brasília, eu não poderei deixar de passar a oportunidade de estar aqui no fórum próprio.

Brasília foi pensada nos anos 60. O Legislador pensou Brasília e projetou-a para o ano 2000 com uma população de quinhentas mil pessoas. Não chegamos ainda ao ano 2000 e, no entanto, Brasília já tem mais de três milhões de habitantes, se considerarmos a grande Brasília incluindo as cidades satélites e as do Entorno.

Isso faz-me pensar que Brasília ao ter inchado e ultrapassado às expectativas de seus criadores nos idos 60, não estaria na hora de ser repensada?

Brasília é a Capital de todos nós. Brasília é a Capital dos brasileiros.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu não poderia deixar passar esta oportunidade sem prestar uma homenagem a esta cidade que me abraçou. Se lhe lançarmos um olhar, verificaremos que hoje convivemos com uma população que para aqui foi atraída em busca de oportunidades. Essa população quando aqui chegou não trouxe emprego, não trouxe moradia, nem saúde, nem transporte, apenas o seu calor humano. E agora está aqui conosco. Vamos fazer o quê? Expulsá-la? Jamais! Temos que lhe dar condição digna para aqui permanecer. Mas como fazê-lo? Aí está a grande indagação. Por esse motivo, trago à baila esse tema polêmico, que precisa ser encarado de frente. Brasília precisa ser repensada. Daí por que começo a colocar o tema em discussão.

Apresentarei um projeto que se baseia em fazermos do Plano Piloto uma cidade puramente administrativa; nas cidades satélites e municípios do Entorno criaremos um Estado que poderíamos dar o nome de Estado do Planalto Central, cuja Capital seria Taguatinga. Começo a questionar sobre a validade da minha proposta.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, fica aqui a minha colocação. Logo, estarei dando entrada neste projeto nesta Casa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Francisco Escórcio, o Sr. Valmir Campelo deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Valmir Campelo. V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB - DF) - Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, seguindo a

mesma filosofia do Governo Federal, o Governo de Brasília resolveu apertar o cerco em torno dos servidores aposentados que acumulam cargos efetivos nos órgãos da administração local.

Os servidores nessa situação têm até o dia 4 de dezembro para optarem pelos proventos da aposentadoria ou pelo salário do cargo efetivo.

Aproximadamente 500 servidores aposentados serão atingidos pelo decreto do Governador, que é praticamente uma cópia da medida adotada na área federal.

O objetivo, segundo fonte do Governo de Brasília, é reduzir gastos com pessoal que não atingirá, entretanto, os aposentados que ocupam cargos em comissão.

Sr. Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, a maioria dos servidores atingidos pela medida são aqueles que se aposentaram, submeteram-se a novo concurso público e, hoje, ocupam cargos efetivos de auditores tributários, fiscais da receita e procuradores, ou seja, prestam serviços em áreas essenciais do Governo.

A tão decantada redução de gastos com pessoal, na verdade, não passa de mais uma das muitas jogadas para a platéia do "governo popular" do professor Cristovam Buarque.

Ora, Sr. Presidente, se demitir os servidores aposentados que ocupam cargos efetivos em áreas essenciais para o bom funcionamento da máquina pública, o GDF terá, indubitablemente, que substituí-los, sob pena de comprometer o desempenho do Governo. Além disso, terá que gastar com a realização de novo concurso público e com treinamento dos aprovados, visto que irão atuar em setores de grande complexidade.

E não é só isso, os aposentados que estão exercendo os tais cargos efetivos possuem uma vantagem que os seus possíveis substitutos levarão anos para adquirir: a experiência.

Na área federal, o Governo resolveu prorrogar o prazo dado aos servidores aposentados para optarem. No meu ponto de vista, o Governo Federal resolveu reestudar o caso, tendo em vista diversas outras soluções surgidas no curso da polêmica que se instalou com a edição do Decreto nº 2.027 de 1996, cujo art. 2º faz referência aos aposentados em exercício e fixa a data de 14 de novembro próximo como prazo final para a opção definitiva.

Sr. Presidente, a atitude do Governo do Distrito Federal parece-me extremamente precipitada e não vislumbra nenhuma vantagem em termos de economia, como se tem alardeado à guisa de justificativa para o decreto do Governador.

A medida, sobretudo, não é justa, embora possa ter todo o embasamento legal, o que, em princípio, me parece discutível.

O servidor público, de um modo geral, vem pagando muito caro pelo sucesso do Plano Real. No caso específico dessa proibição de acúmulo de proventos da aposentadoria com salário de cargo efetivo, temos uma situação igualmente injusta, muito embora, repito, possa parecer correta do ponto de vista econômico.

O servidor aposentado que retornou à ativa mediante concurso público contava com total amparo da Constituição para proceder dessa forma.

Este mesmo servidor em exercício, que recebe um salário e o complementa com os proventos da aposentadoria, será extremamente afetado por essa decisão que o obriga a optar por uma das fontes de renda. Será um golpe difícil de absorver.

Recomendo ao Governador Cristovam Buarque cautela ao tratar de assunto tão delicado. Existem algumas outras alternativas em exame, como a que propõe que os cargos efetivos ocupados por aposentados sejam considerados em extinção, quando vagarem. Outra alternativa seria aguardar a apreciação da Proposta de Emenda Constitucional da Previdência pelo Senado Federal, onde consta, no art. 6º, dispositivo ressalvando a situação dos aposentados que reingressaram na atividade via concurso público.

O Governo, de modo geral, precisa compreender que essa, como inúmeras outras situações referentes ao funcionalismo público, constitui aspectos profundamente subjetivos que não podem ser tratados com o rigor das fórmulas e das discutíveis teorias econômicas. Estamos lidando com pessoas e não com números. O que pode ser economicamente viável pode ser também humanamente injusto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião. (Pausa.)

S. Ex^a declina da palavra.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna hoje é o anúncio de um fato bastante auspicioso para a Região Amazônica, em especial, para a Amazônia ocidental e para o Estado de Roraima.

Quando assumi o Governo em 1988, Sr. Presidente, encontrei o então território é novo Estado de

Roraima com dois problemas básicos de infra-estrutura, que funcionavam como gargalos e contenção do seu processo de desenvolvimento. O primeiro deles, a questão das estradas, o acesso e a ligação do Estado de Roraima ao restante do Brasil. A BR-174, estrada que faz a ligação nacional e regional com o Estado de Roraima, era uma estrada - e ainda o é em parte - sem asfalto, uma estrada que, quando o período chuvoso chega, fica intransitável e estrangula o processo de abastecimento e de escoamento da produção do nosso Estado.

Outra questão fundamental, básica, que seguia o desenvolvimento era e é ainda a questão de energia elétrica. Roraima é um Estado que funciona à base de termoelétricas. O Estado e sua capital, Boa Vista, funcionam com energia elétrica à base da queima de óleo diesel. Isso leva à produção de uma energia elétrica cara e principalmente não-confiável. Por conta disso, buscamos, ainda como Governador, uma solução para esses dois caminhos. Reinciliarmos, de um lado, a pavimentação da BR-174 e, de outro lado, buscamos uma solução definitiva que trouxesse um modelo de desenvolvimento energético capaz de sustentar o crescimento do Estado de Roraima.

Quando Governador, com apoio do então Presidente José Sarney, levamos para Roraima a Eletronorte, a subsidiária estatal federal que gera e distribui energia elétrica na Região Amazônica. Até esse fato, Roraima, incluindo Boa Vista, era abastecido pelo próprio Governo do Estado, que gastava uma fábula com a compra de motores, com o reparo desses motores velhos e, sobretudo, com o pagamento de óleo diesel para queimar na geração de energia elétrica. Ao levar a Eletronorte, vislumbrávamo a capacidade de investimento do Governo Federal, com a condição de suprir a lacuna que existia em Roraima.

A Eletronorte se instalou, por determinação do Presidente José Sarney, em Roraima. Construiu uma nova usina termoelétrica, alocou máquinas para geração de energia de Boa Vista. Mesmo assim, com esse esforço, o modelo não estava definido, porque, volto a dizer, a geração termoelétrica é uma geração cara e imprecisa e, portanto, não serve de base de sustentação para um processo de desenvolvimento.

A Eletronorte em Roraima era a garantia da busca de uma solução permanente que víñhamos buscando desde a época do Governo e, depois, como Governador, fazendo campanha por uma solução definitiva que passava pela comercialização da

energia de Guri, na Venezuela, para o Estado de Roraima e para o Estado do Amazonas.

A história caminhou. Assumi a Presidência da República o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que reafirmou os dois compromissos básicos do Governo Federal por Roraima: de um lado, a BR-174, que continua a receber verbas para o seu asfaltamento; e, de outro lado, a busca da solução definitiva de energia para Roraima e para Boa Vista.

Pois bem, Sr. Presidente, é por conta disso que venho à tribuna hoje: para anunciar um acordo histórico fechado, esta semana, entre o Governo brasileiro e o Governo da Venezuela. Esse acordo estabelece o fornecimento de energia elétrica por 20 anos, prevendo a compra de energia a ser entregue pelo Governo da Venezuela ao Governo brasileiro na fronteira desses dois países, a partir de dezembro de 1998.

O atendimento a Boa Vista será feito por um sistema de transmissão em 400kV e 230kV, com cerca de 780Km de extensão, saindo da região de Macágua (Complexo de Guri), passando pelas localidades de Tumeremo, Las Cristinas e Santa Elena, na Venezuela, até chegar a Boa Vista. A Eletronorte ficará responsável pela construção do trecho em 230kV, a partir da fronteira, com 206Km de extensão, da Vila de Pacaraima, em Roraima, até a nossa capital, Boa Vista.

A linha de transmissão atenderá a um consumo de até 200.000kW, previsto para ocorrer após o ano 2010. Portanto, num universo de 20 anos, se garante o abastecimento necessário à região polarizada de Boa Vista e a todo o norte de nosso Estado.

Sr. Presidente, ao referir-me a acordo firmado, esta semana, pelo Presidente da Eletrobrás e Eletronorte, Dr. José Antonio Muniz Ramos, na Venezuela, em Caracas, gostaria de registrar o esforço, a abnegação e o compromisso do Presidente Fernando Henrique Cardoso, do Ministro Raimundo Brito, que foi incansável nesse processo de negociação. Também o Presidente da Eletronorte, engenheiro José Muniz Ramos, da equipe técnica da Eletronorte, que conseguiu o esboço e a negociação desse acordo técnico; e também o Superintendente Regional da Eletronorte em Roraima, o engenheiro Waldemar Jahansson, que, por ser o responsável pela Eletronorte na Região, tem evidenciado muitos esforços no sentido de atender ao nosso Estado.

Venho à tribuna hoje registrar a importância desse fato, registrar que, como Governador que levei a Eletronorte para Roraima, como Senador que pugnou na campanha política pela solução da linha

de Guri, no abastecimento de Roraima e da Amazônia, é com satisfação que vejo hoje coroado esse esforço político e o compromisso do Presidente da República, do Ministro Raimundo Brito e da Eletro-norte de dotar Roraima das condições necessárias e básicas para que tenhamos a energia necessária a gerar nosso desenvolvimento.

Roraima é um Estado de imenso potencial: mineral, agrícola, pecuário, enfim, um grande potencial de desenvolvimento, mas precisava e precisa da solução da estrada e da solução de energia para ter os insumos necessários para o crescimento e para o progresso.

É com satisfação, portanto, que anuncio esse acordo internacional, anuncio o compromisso do Presidente e do Ministro e anuncio que, em breve, em cerca de dois anos, Roraima viverá novo tempo de desenvolvimento, com energia farta, abundante e principalmente energia barata em condições de ser um insumo fundamental para o nosso desenvolvimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - A Presidência indaga os Srs. Senadores José Eduardo e João França se S. Ex^{as}s desejam usar da palavra. (Pausa.)

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of/GAB/I/Nº 833

Brasília, 13 de novembro de 1996

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Freire Júnior passa a integrar, na qualidade de Titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização em substituição ao Deputado Eudoro Pedroza.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência protestos de consideração a preceço.

Deputado Michel Temer, Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL/PSC.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1070, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos dos arts. 49, inciso X e 50 da Constituição Federal combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal sejam soli-

citadas ao Ministro da Fazenda as seguintes informações:

1) Considerando o crescimento do serviço da dívida externa nos anos recentes, e à luz do disposto na Resolução nº 82/90 do Senado Federal, demonstrar de forma detalhada o cumprimento de seu art. 2º, nos anos de 1990 a 1996, especificando a forma como foi financiado o pagamento da dívida da União junto à comunidade financeira internacional, respeitada a capacidade interna de pagamento e salvaguardadas as necessidades de financiamento não inflacionárias do crescimento econômico.

2) Discriminar a parcela do serviço da dívida externa que é de responsabilidade do setor público da parcela que é de responsabilidade do setor privado, nos anos de 1990 a 1996.

3) No tocante à parcela do serviço da dívida externa que é de responsabilidade do setor público discriminar a parte que é de responsabilidade da União, a dos Estados e a dos Municípios, nos anos de 1990 a 1996.

Justificação

O Senado precisa voltar a dedicar atenção especial à questão da dívida externa brasileira. Não apenas para votar operações específicas de captação ou reestruturação de endividamento externo, mas sobretudo para levar em conta o aspecto macroeconômico da questão. Poucos têm se dado conta do rápido crescimento do endividamento brasileiro e do serviço da dívida nos anos recentes.

A imprensa nacional e os meios de comunicação em geral vêm-se concentrando, nos últimos meses, em noticiar a evolução adversa da balança comercial. Raramente se faz referência ao fato de que os déficits comerciais recentes só são um problema grave, quando considerados à luz do conjunto das contas externas do país, as quais refletem em grande medida o peso do serviço da dívida, isto é, juros e amortizações.

Ao relegarmos a segundo plano, essa dimensão do problema, torna-se rigorosamente impossível entender o que está acontecendo. À primeira vista, não parece comprehensível que um desequilíbrio de US\$3 bilhões ou mesmo US\$4 bilhões, como o que se prevê para a balança comercial brasileira em 1996, possa ser tão problemático e objeto de tanto comentário e tanta preocupação da parte da imprensa, dos economistas e dos mercados financeiros internos e externos. Por que um déficit dessa magnitude tanto preocuparia um país que se vangloria de ter US\$57 bilhões de reservas no Banco Central, no conceito de caixa?

A razão é que o desequilíbrio comercial é apenas uma parte, e não a parte preponderante, do desequilíbrio externo brasileiro. Em outras palavras: a balança comercial explica uma parte relativamente limitada das nossas necessidades de recursos externos. Em 1996, o déficit em transações correntes, que inclui o déficit comercial e é o que precisa ser coberto com entrada líquida de capitais ou perda de reservas, deve ficar por volta de US\$20 bilhões. O déficit comercial responde, assim, por apenas cerca de 15 a 20% do desequilíbrio total em conta corrente. O principal componente do desequilíbrio em conta corrente é o déficit na balança de serviços, que é por sua vez dominado pelos juros da dívida externa em 1996, a despesa bruta com os juros da dívida externa, dos setores públicos e privados deve alcançar algo como US\$12,5 bilhões.

Infelizmente, o problema não pára aí. Além de ter de financiar o déficit em conta corrente, o Brasil precisa também garantir a rolagem do principal da dívida montante que naturalmente não está incluído na conta corrente do balanço de pagamentos. Em 1996, segundo dados oficiais do Banco Central, as amortizações de principal da dívida de médio e longo prazos chegarão a US\$12,9 bilhões. O serviço da dívida externa (juros mais principal) chega, portanto, a mais de US\$25 bilhões este ano.

É preciso salientar que esses valores de 1996, para juros e principal da dívida, representam significativo crescimento em relação ao registro em anos recentes, fato que tem sido pouco comentado no debate econômico recente. As despesas brutas de juros, que oscilaram entre US\$ 8 bilhões e US\$ 9,5 bilhões entre 1991 e 1994, alcançaram US\$ 10,6 bilhões no ano passado. Em 1996, temos dados até setembro, que indicam uma despesa bruta de US\$8,6 bilhões, um crescimento de 19% em relação ao dispêndio ocorrido entre janeiro e setembro de 1995.

Também vem acontecendo aumento expressivo das amortizações pagas. Esses pagamentos passaram de US\$9,3 bilhões em 1993, para US\$11 bilhões por ano em 1994 e 1995. Como já foi indicado, alcançarão quase US\$13 bilhões em 1996.

Não se pode dizer que a tendência não é preocupante. Tanto mais que haverá uma concentração de vencimento da dívida de médio e longo prazos em 1997, sempre de acordo com os dados oficiais. No ano que vem, prevê-se amortizações de US\$18,1 bilhões, um aumento de 41% em relação ao previsto para 1996. Ainda que a taxa de juro médio incidente sobre a dívida não aumente, a despesa

de juros também deve crescer no ano que vem, uma vez que o estoque da dívida externa está aumentando continuamente. Pode-se estimular que a despesa bruta de juros se aproxime de US\$14 bilhões.

Desse modo, o serviço total da dívida alcançaria nada menos que US\$32 bilhões em 1997. E cabe ressaltar que esses números não incluem os vencimentos de principal da dívida externa de curto prazo que devem ser refinanciados de forma mais ou menos contínua ao longo do ano.

Não é a minha intenção nesse momento fazer nenhum tipo de alarmismo. Por mais impressionantes que possam ser os números que acabo de mencionar, não se pode daí concluir que o País está à beira de um colapso cambial ou financeiro. Enquanto o Brasil tiver amplo acesso aos mercados financeiros internacionais, será possível refinanciar esses compromissos e manter um nível adequado de reservas internacionais. Mas é preciso que esta casa não perca de vista o tema da dívida. E que o governo não se acomode numa postura imediatista, sem dar a devida atenção ao problema latente.

Não podemos perder de vista o que estabelece a Resolução nº 82/90 do Senado Federal. Esta resolução fixou os parâmetros macroeconômicos que o Executivo deve respeitar na negociação da dívida externa. Estabeleceu, por um lado, que o desembolso de divisas para atendimento dos compromissos da dívida não deverá comprometer o nível mínimo de reservas, definido como quatro meses de importação (artigo 3º). Por outro lado, o artigo 2º da referida Resolução estabeleceu a necessidade de respeitar a capacidade interna de pagamento da União.

Art. 2º O montante de recursos em moeda nacional destinada à aquisição de divisas para saldar os compromissos da União junto à comunidade financeira internacional será restrito à capacidade interna de pagamento, salvaguardadas as necessidades de financiamento não inflacionário do crescimento econômico.

§ 1º Entende-se por capacidade interna de pagamento a diferença positiva entre as receitas e despesas da administração pública federal direta e indireta excluídas as das instituições financeiras federais.

§ 2º Excluem-se ainda das receitas os recursos provenientes do Programa Nacional de Desestatização.

São notórios as dificuldades que o setor público tem tido em 1995-96 para ajustar as suas finanças. O superávit primário do Governo Federal e do Banco Central caiu de 3,1% do PIB, para 0,6% do

PIB em 1995. No acumulado do ano até agosto de 1996, o resultado é superavitário em 0,7% do PIB. Desse modo, a carga de compromissos vem sendo coberta basicamente com endividamento adicional.

É preciso que o governo tenha cuidado com os compromissos que vem assumindo. E que não permita a volta de uma situação em que a política econômica, diante de uma interrupção dos fluxos de financiamento internacional, se veja na contingência de produzir, de uma hora para outra, elevados superávites na balança comercial e no orçamento primário do setor público, com sacrifício dos objetivos de desenvolvimento com justiça social.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1996. — Senador Eduardo Suplicy.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) — O requerimento lido será despachado à Mesa, para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.071, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da Sessão do Senado em 21 de novembro de 1996 seja dedicado a homenagear o Jornal **O Liberal**, de Belém do Pará, que em 15 do corrente completa 50 anos de sua fundação.

Justificação

Incontestavelmente a imprensa brasileira tem ocupado lugar de destaque na vida nacional. Notadamente a imprensa escrita, que pelas características que lhe são próprias, faz parte do cotidiano brasileiro, testemunhando os fatos e, ao mesmo tempo, dando vida às circunstâncias que definem o dia-a-dia do nosso país.

Faço esta reflexão acerca do alcance social da imprensa, senhor Presidente, para trazer ao conhecimento deste plenário minha iniciativa em apresentar este Requerimento solicitando que o Grande Expediente da Sessão do dia 21 do corrente seja destinado a homenagear os cinqüenta anos de fundação do Jornal paraense **O Liberal**, que transcorrem no dia 15 de novembro vindouro.

Não poderia, senhoras e senhores Senadores, como representante do povo do Pará, deixar de registrar na mais alta corte legislativa do País, o reconhecimento mais que merecido àqueles que fazem o

Jornal **O Liberal**, indo buscar na memória a lembrança do jornalista Rômulo Maiorana, cujo precoce desaparecimento não foi suficiente para demover a família Maiorana do desafio empreendedor que foi transformar **O Liberal** em um dos maiores e mais modernos jornais do Brasil.

Penso afirmar que os destinos e a própria história do Pará, nos últimos cinqüenta anos, estão umbilicalmente ligados a esse empreendimento de comunicações que, capitaneado pelo jornal **O Liberal**, agrupa hoje um conglomerado de 14 empresas, componentes do Sistema Rômulo Maiorana de Comunicações.

O Liberal foi fundado em 1946, com o objetivo de propagandear o ideário político do Partido Social Democrata, cujo prócer mais destacado era o então interventor Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, figura pública que por sua atuação política destacada era amado por uns e odiado por outros, e que ocupa hoje lugar importante como referencial histórico da política regional e mesmo nacional, de vez que Magalhães Barata, como era mais conhecido, por diversas ocasiões esteve no epicentro de fatos políticos nacionais. A abordagem da história desse jornal proponho-me a fazer mais amiúde no pronunciamento com o qual pretendo saudar os 50 anos do Jornal **O Liberal** na Sessão cujo requerimento ora submeto à Mesa.

Em que pese o pronunciamento que tencione trazer a este plenário, não poderia furtar-me, neste momento, em registrar o apreço dos paraenses à família Maiorana que soube honrar e dar continuidade ao trabalho iniciado por Rômulo Maiorana.

Antecipo, assim, minhas congratulações à Sr.^a Lucidéla Maiorana, Presidente do Sistema Rômulo Maiorana de Comunicações – SRM, e aos seus filhos Rômulo Maiorana Júnior – Vice-Presidente do grupo; Rosana; Ângela; Rosemary; Roberta e Ronaldo Maiorana; jovens de significativo e reconhecido talento empresarial.

Certo estou Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, que esta homenagem a ser prestada pelo Senado Federal ao Sistema Rômulo Maiorana de Comunicações, pela passagem do cincuentenário do Jornal **O Liberal**, será também um marco de reconhecimento desta Casa à imprensa escrita brasileira, que responsável e diligentemente cumpre seu papel de fazer da informação um instrumento de superação das distâncias e desigualdades sóis do nosso País.

Apelo, portanto, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, para a aprovação do Requerimento ora apresentado.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1996. – Senador Ademir Andrade, PSB – PA. – Roberto Requião – Eduardo Suplicy – Waldeck Ornelas – Valmir Campelo – Francisco Escórcio.

REQUERIMENTO N° 1.072, DE 1996

Requeremos, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que a Hora do Expediente da sessão ordinária do dia 21 de novembro de 1996 seja destinada a homenagear os 50 anos do jornal **O Liberal**.

Justificação

O Povo do Pará tem razões de sobra para festejar os 50 anos do maior jornal da amazônia. **O Liberal**, há meio século vêm sendo o principal referencial das atividades econômicas, sociais e políticas do Estado, trazendo diariamente as informações necessárias ao nosso desenvolvimento.

Desse trabalho incansável na procura de melhor informar, fortalecido pelo dinamismo do obstinado e saudoso Rômulo Maiorana e continuado por sua mulher e filhos, destacamos o profissionalismo de uma equipe que diuturnamente persegue a verdade dos fatos desnudando-a aos nossos olhos.

Principal expoente de um pool de comunicação, prima por sua qualidade gráfica e editorial, disponibilizando a seus leitores informações claras e substanciais honrando o Jornalismo profissional do nosso país, responsável maior pelo fortalecimento da democracia e desenvolvimento.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1996. – Coutinho Jorge – Roberto Requião – João França – Josaphat Marinho – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Os requerimentos lidos serão votados na próxima sessão deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Sr's e Srs. Senadores, solicito a atenção especial de V. Ex's para o seguinte problema.

No dia 8 de novembro próximo passado, entrei e foi lido pela Mesa um requerimento de informações ao Sr. Ministro da Fazenda, no qual solicitei informações relativas às operações que a Secretaria Municipal de Finanças de São Paulo realizou com distribuidoras de títulos de valores mobiliários. São sete perguntas a respeito deste assunto.

Hoje é o último dia do prazo dentro do qual o Sr. Ministro da Fazenda deve encaminhar a resposta. Ontem conversei com os Ministros Pedro Malan e Clóvis Carvalho e com o Presidente do Banco Cen-

tral, Gustavo Loyola, que me garantiram que essa informação chegará hoje.

A relevância dessas informações vincula-se à premência, ou seja, antes que haja a decisão de 15 de novembro próximo, do esclarecimento da matéria.

O Dr. Hugo Braga, assessor parlamentar do Ministro Pedro Malan, garantiu-me, há instantes, que a resposta chegará daqui a pouco.

Eu gostaria de fazer o registro deste fato, pois espero que a palavra dos Srs. Ministros seja cumprida.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma.

S. Exª disporá de vinte minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PSL-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos então manter a sessão. Vou fazer o meu discurso e espero que outros também ocupem os microfones até que V. Exª receba as informações desejadas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - É possível que o Ministro esteja aguardando o término da sessão para encaminhar-me o documento, porque o Dr. Hugo Braga perguntou-me se a sessão já havia terminado. Acho que há uma certa preferência para que a resposta não seja lida em plenário. De qualquer maneira, estou aguardando as informações, que são de interesse não apenas da população de São Paulo, mas também de todo o Brasil.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, ontem ocupou esta tribuna o ilustre Senador Lúcio Alcântara, que se pronunciou a respeito do abuso do uso do álcool, inclusive por menores de 12 anos de idade. Recentemente, o nobre Senador Pedro Simon relatou um projeto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre tráfico e abuso com menores.

Tive oportunidade de levar ao conhecimento dos países que participaram da 65ª Assembléia Geral da Interpol o teor desse relatório, já que um dos temas principais da reunião daquele organismo de polícia internacional tratou dos crimes praticados contra menores. A propósito, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, brevemente estarei trazendo ao conhecimento desta Casa os resultados dessa Assembléia, da qual participei em cumprimento de missão oficial.

Quero, nesta oportunidade, falar sobre um dos mais graves problemas sociais e morais que enfrentamos, que nos humilha e envergonha: o abandono da infância. O Brasil, que acumula uma dívida quase

Impagável com os seus menores, tem cerca de 30 milhões de crianças em situação de carência, segundo estatísticas divulgadas pela imprensa. Nada menos do que uma Argentina vive aqui em estado de pobreza ou de miséria absoluta. No campo, desassistidos, meninos e meninas penam longas e desumanas jornadas de trabalho. Na cidade, entregues à própria sorte, perambulam pelas ruas, sem esperança e sem futuro.

São crianças sem família ou crianças que abandonaram a família tangidas pela fome, pela miséria e pelos maus-tratos. São as vítimas indefesas das mazelas sociais vividas por nossa sociedade neste final de milênio. Elas pagam o preço do desemprego, da violência urbana e rural, do crescimento desordenado das cidades e da falência quase completa da assistência básica aos necessitados.

Desamparadas e carentes de provisões essenciais à sobrevivência, tornam-se alvo fácil de traficantes de drogas, exploradores do lenocínio, grupos de extermínio e criminosos de calibres diversos.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, muitas violências vêm sendo praticadas contra os nossos menores. A maior delas - bem o sabemos - é fechá-lhes a única porta que lhes garantiria a passagem para o futuro. Sem dar-lhes acesso à escola, carimbamos-lhes o passaporte da prostituição, da cadeia e da morte.

Os números, Sr. Presidente, falam alto. Mais que falam: gritam. Há estatísticas que nos apontam como campeões mundiais de prostituição infantil. Seriam 500 mil crianças entregues ao comércio do corpo. Outras dizem que a cifra é 10 vezes menor do que se divulga.

Oito ou oitenta, uma coisa é certa: a prostituição nas áreas urbanas, principalmente nos locais onde circula muito dinheiro, é escancarada, oferecida até a quem não quer enxergar. Os pacotes turísticos vendidos a estrangeiros que visitam sobretudo o Nordeste incluem programas com meninas e meninos de até 12 anos de idade.

Alliado à prostituição, outro mal dá sua cruel pinçelada no imenso painel que mancha o mapa do Brasil, colocando-o no rol dos países que sistematicamente desrespeitam os direitos humanos: é o assassinato de crianças e adolescentes.

Alguns episódios, como a chacina da Candelária, ganharam repercussão internacional. Pesou a magnitude do delito. Mas matar menores - marginais ou não - tomou-se algo banal, merecedor, quando muito, de uma curta nota na página policial de algum periódico sensacionalista.

Claro que a impunidade conta muito nesse estado de coisas. Sabe-se que não mais que R\$40 são suficientes para contratar a morte de um menor indefeso, à mercê do humor dos fortes. Sabe-se também, Sr. Presidente, que 90% dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes permanecem sem solução, convite tentador à continuidade dessas práticas ilegais.

Há mais. Vem aumentando assustadoramente a incidência de agressões contra crianças. Das 20.400 denúncias de maus-tratos que chegam anualmente ao conhecimento da Justiça, 13% referem-se a situações de abuso sexual. São 2.700 novas vítimas todos os anos. As meninas são as preferidas - 83% dos registros.

Plor: 62% dos casos ocorrem dentro da família. Metade dos abusadores são os pais ou padrastos. A outra metade fica por conta de tios, primos e irmãos. Esse tipo de violência, Sr. Presidente, tem um nome: é incesto, um dos mais sagrados tabus da civilização, que diferencia o homem dos animais e garante o equilíbrio fundamental de uma pessoa.

Afora a violência sexual, há a violência comum. O mais grave é que vem sendo praticada em casa, por familiares. Pai, mãe, padrasto, irmão, tios respondem por, pelo menos, 500 mil casos de agressões domésticas contra menores no País a cada ano. Desses, 150 só em São Paulo.

No Rio de Janeiro, há registro dramático. Nada menos que 63% dos homicídios dolosos contra menores de 12 anos foram de autoria de parentes próximos. Salba, Senador Romero Jucá, que os motivos são aparentemente banais: criança que chora muito ou que desobedece a uma ordem, ou que chega atrasada, ou que tira nota baixa na escola.

Por fim, mas não menos importante, está o trabalho infantil. Na cidade ou no campo - e cada vez mais -, o trabalho de menores de até 5 anos é imperativo de sobrevivência. Em vez de saírem de casa para irem à escola, nossos infantes vão colher cana, tomate ou laranja; cuidar de carros em estacionamentos; carregar sacolas em supermercados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho dúvidas quanto à eficácia da proposta do Presidente Fernando Henrique Cardoso de proibir o trabalho de menores até 14 anos.

Salu hoje, no *Jornal do Brasil*, à página 2 do primeiro caderno, matéria sobre o Programa de Ação Pró-Crianças, liderado pela Primeira-Dama, Dª Ruth Cardoso. Chamo a atenção dos Srs. Senadores para o artigo intitulado "Coisas da Política", de autoria da jornalista Dora Kramer.

O Sr. Romero Jucá - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA - Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Romero Jucá - Senador Romeu Tuma, V. Ex^a trata de uma questão fundamental no País, sob diversos aspectos, que é o abandono da criança, implicitamente a falta de planejamento familiar, a falta de política social e os caminhos necessários para se buscar um redirecionamento da questão do trabalho e do tratamento da criança, enfim, do futuro do nosso País. Gostaria de fazer alguns comentários sobre um tema tão amplo e registrar alguns pontos que considero da maior importância. Em primeiro lugar, quero dizer que a criança, hoje, no País, é vítima, sob vários aspectos, desde que nasce. Tivemos, como exemplo, há poucos dias, um triste episódio, ocorrido no Estado de Roraima, onde as crianças, na maternidade, foram vítimas de bactérias, de maus-tratos, do desrespeito e da falta de compromisso de uma estrutura de saúde, que matou - já se sabe - cerca de 400 crianças de janeiro até agora. Além disso, não nos podemos esquecer dos assassinatos de crianças, de chacinas como o que houve na Candelária - e quantas "Candelárias" no País são desconhecidas! Na verdade, o pequeno infrator, o delinquente, o menor que está nas ruas abandonado é vítima de uma violência diária que não consta dos dados policiais. V. Ex^a fala sobre políticas de compensação e de busca de solução. Gostaria de lembrar e de fazer um comentário a respeito dessa proposta do Governo: não vejo como solução a simples proibição do trabalho da criança. Isso seria desconhecer a realidade brasileira, não saber que famílias hoje passam fome e usam as crianças para complementar a renda. Acredito que o caminho deve ser percorrido no sentido inverso. Temos um grande exemplo a esse respeito, que foi dado pelo Governo do Distrito Federal e acatado pela Prefeitura de Boa Vista, que é justamente uma política de compensação de renda voltada para o setor da Educação. Se quisermos que as nossas crianças pobres freqüentem as escolas, temos de procurar caminhos alternativos, e não proibi-las de trabalhar; vamos ter de procurar políticas compensatórias, como a Bolsa-Educação, do Distrito Federal, ou outras soluções que efetivamente dêem condição e tempo para a criança estudar e a família não morrer de fome. Em muitas das famílias cujas crianças estão nas ruas, não há sequer o cérebro do casal, mas apenas a mãe com 4, 5, 6 ou 10 filhos, buscando, nas ruas, diariamente, a sua sobrevivência. Portanto, entendo

a preocupação do Governo Federal e das políticas sociais, mas espero que as ações sociais estejam sintonizadas com a realidade das ruas e que levem em conta essas propostas - inclusive a do Senador Eduardo Suplicy, de renda mínima, que tramita nessa Casa -, as sugestões e as experiências de várias prefeituras e de vários governos. A meu ver, não é proibindo o trabalho das famílias que alcançaremos esse objetivo, mas implementando programas que dêem prazos e condições de socorrer os que necessitam. Esse é um assunto extremamente amplo. Creio que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal deveria propor um seminário para se discutir a questão do Programa de Crianças e procurar soluções para esses problemas, porque é tão ampla e complexa essa matéria que, na verdade, um ou dois pronunciamentos a respeito não a esgotam. Parabenizo V. Ex^a pelo seu pronunciamento e espero que surjam programas que mudem efetivamente a realidade do atual quadro social brasileiro.

O SR. ROMEU TUMA - Agradeço a V. Ex^a, que está sempre pronto a ajudar o orador com seus conhecimentos, com sua experiência.

Encontrei-me com V. Ex^a em Boa Vista, quando a Comissão do Calha Norte resolveu, como preliminar de missão recebida desta Casa, visitar a Maternidade dessa cidade, não no sentido de investigar ou apurar o que realmente aconteceu, porque já havia sido definida pelo Plenário a criação de uma Comissão Especial para a referida missão, da qual V. Ex^a fez parte.

Realmente, foram entristecedoras as explicações do médico. Contávamos com a presença de dois Parlamentares médicos na comitiva, Senador Carlos Patrocínio e Deputado Giovanni Queiroz. Estes tiveram a oportunidade de conversar com o corpo clínico e de apurar as causas do surto, que teve, como consequência, 36 mortes, se não me engano.

As reformas estavam sendo desenvolvidas, mas sempre ocorre o tal problema: "a tranca só é colocada depois de a porta ser arrombada"!

V. Ex^a tem razão também quando diz que não adianta apenas proibir o trabalho. Sabemos que a questão do menor não se resolve com medidas direcionadas a ele. É imprescindível incluí-las num pacote de providências que contemple a questão social como um todo. A criança é a vítima da brutal concentração de renda, da falta da reforma agrária, da ausência de uma política habitacional, dos ajustes de modernização da economia, do êxodo rural, do inchaço das cidades. Enfim, do drama social brasileiro.

Esse programa a que a Primeira-Dama, D^a Ruth Cardoso, vem-se dedicando vai discutir o problema da proibição do menor, além de procurar resuscitar a figura do aprendiz, segundo o qual o menor, em tese - e esse artigo deve ser lido com mais calma -, estaria trabalhando para uma profissão futura, deixando de ir às ruas para usar o crack ou envolver-se com grupos de criminosos que os usam porque são inimputáveis na prática de delitos graves como o latrocínio, que tanto tem assustando as populações das grandes cidades brasileiras.

Olhar para esse problema é chegar à miséria e à ignorância, que prostituem e escravizam o ser humano de qualquer idade. Ignorá-lo é querer curar tuberculose com aspirina.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, diante do quadro dramático pintado com as cores da dor e do sofrimento de nossos infantes, não perguntemos por quem os sinos dobraram. Eles dobram por nós.

Que expectativa pode ter de si mesmo um país que convive com 30 milhões de menores carentes? As crianças são a parcela mais indefesa da sociedade. Paradoxalmente - e ali reside a nossa insânia - são o futuro dessa mesma sociedade. O que fazemos hoje por elas determinará nossa cultura, nossa história e nosso porvir.

Não é necessário ter estudado Freud para saber uma verdade elementar. As experiências nos primeiros estágios de vida determinam o sucesso ou o fracasso nas outras etapas de desenvolvimento. Nada menos que 80% do amadurecimento do cérebro é alcançado até os dois anos de idade. Metade do desenvolvimento intelectual é estabelecido por volta dos quatro anos.

Assim, as crianças que sobrevivem às doenças evitáveis como diarréia, sarampo, tuberculose ou à violência das ruas pagam um preço alto pela telomissia. Sofrem de deficiências que lhes prejudicam o desenvolvimento físico e as sujeitam a danos permanentes, herança da desnutrição. Mesmo que os ventos da sorte soprem em outra direção, elas estarão irreversivelmente condenadas à ignorância e à miséria.

Sem educação adequada e sem oportunidade de ter uma vida decente, meninos e meninas pervertem-se. Tornam-se problema ao convívio social. Prova disso pode ser vista nos presídios: a esmagadora maioria da população carcerária brasileira está na faixa dos 20 anos. São homens e mulheres que se viram privados da infância, entregues precocemente aos desafios e mazelas da vida adulta.

O mais doloroso, Sr. Presidente, é que a saída para o problema depende mais de decisão política que de mudanças estruturais. Prova disso é a experiência do Governo do Distrito Federal, do Partido de V. Ex^a. A bolsa-escola paga um salário mínimo para a família carente que mantém o filho na escola. Os meninos safram das ruas e foram para o lugar deles, os bancos escolares.

A solução, repito, depende de vontade política. Só com essa decisão inadiável se poderá resgatar a infância carente, ressocializá-la, integrá-la e educá-la. Fugir a esse desafio é investir no caos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ROMEU TUMA EM SEU DISCURSO:

COISAS DA POLÍTICA

Dora Kramer

RUTH CARDOSO LANÇA AÇÃO PRÓ-criançA

Chegando do Chile e já se preparando para embarcar hoje para os Estados Unidos, escala intermediária entre Porto Alegre, Rio, Bolívia, África do Sul e Angola – roteiros que terá cumprido muito antes de acabar o ano –, Ruth Cardoso pára metade hora em seu gabinete e, rodeada por entusiasmadas assessoras e um assessor da Comunidade Solidária, anuncia: está em fase final de elaboração uma grande campanha nacional em defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O projeto pode ser resumido assim, para facilitar o entendimento, mas trata-se menos da simples defesa – pois essa é ponto pacífico, não está em discussão – e muito mais de formar um consenso na sociedade em torno do estatuto, única forma de garantir sua efetiva aplicação. Ela bem que gostaria de guardar segredo um pouco mais, pelo menos até estar tudo realmente pronto, com data de lançamento e tudo.

Mas quando soube que o sociólogo Herbert de Souza andava pensando em procurar algumas pessoas do governo para tratar justamente desse assunto, Ruth Cardoso concluiu que o debate já estava amadurecido e concordou em explicar como será esse trabalho que desde dezembro do ano passado vem sendo debatido com os setores afins, sob a coordenação da Comunidade Solidária, Unicef e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Ela acha excelente que Betinho se engaje no projeto, considera interessante a idéia dele de levar o debate às escolas e não acredita que isso possa resultar em conflitos. "É ótimo o Betinho e tantos outros estarem conosco nisso, pois essa luta não é nem pode ser monopólio de ninguém".

Criado no governo José Sarney e promulgado por Fernando Collor, o Estatuto da Criança e do Adolescente enfrentou, e

ainda enfrenta, grandes dificuldades para ser aplicado principalmente por causa do conceito que veio se firmando de que é uma lei que serve apenas à proteção de pequenos delinqüentes. "Precisamos agora convencer a sociedade de que as normas atendem aos pobres, à classe média e aos ricos e que, com relação à criança e ao adolescente infratores, prevê penalidades que incluem a restrição da liberdade", argumenta Ruth Cardoso.

A questão é como fazer isso num ambiente polarizado entre os que idealizam a questão e os que são contra por princípio. Ambas as posições terminam transformando o assunto numa briga ideológica que atrasa os resultados práticos da aplicação dessas normas. O grande público fica fora do debate e acaba tendendo a firmar impressão de que o estatuto se resume à defesa dos infratores e, com isso, ao incentivo da criminalidade.

Por isso mesmo, uma preocupação presente nos que elaboraram a campanha é tirar dela qualquer tom de agressividade ou confronto com os setores contrários. "Temos de mostrar com muito jeito às pessoas que essa é uma lei a favor de todos. Será fundamental encontrar o tom ideal para passar à sociedade em geral e aos públicos-alvos específicos, como corporações policiais e estudantes de Direito e Jornalismo, uma mensagem que efetivamente convença todos de que o estatuto é um avanço", explica a comandante da Comunidade.

A proposta não inclui alterações no estatuto e já foram escolhidos alguns pontos do conteúdo da lei em que deverá centrarse a campanha. Os cruciais são a questão do infrator, o trabalho infantil e adolescente, o Conselho Tutelar e os fundos que sustentam as diversas ações, públicas ou privadas, nessa área.

No que diz respeito à criança e ao adolescente infratores, criou-se um enorme vazio entre o que diz a lei e a estrutura do Estado capaz de cumpri-la. Por exemplo, foram extintas as Febems, mas nada se colocou no lugar para que se possam aplicar as penalidades dentro da nova filosofia que inclui a prisão, mas exclui os maus-tratos.

Então, o que ocorre hoje é que o policial, na falta de conhecimento – e às vezes condições concretas – a respeito do que fazer com o pequeno delinqüente, não faz nada. Daí, a noção da Impunibilidade.

Outro ponto é o trabalho, proibido pelo estatuto, mas necessário quando se vê a realidade prática da vida, ou seja, é melhor criança trabalhando em condições específicas do que jogada na rua a se prostituir e drogar. A solução discutida é a reformada da figura do aprendiz, notadamente em profissões inovadoras como aderecista de escola de samba, DJ e cabeleireiro afro, por exemplo.

Vai se buscar também incentivar os novos prefeitos a criar os conselhos tutelares, que pela lei ficaram responsáveis por algumas funções que eram do Judiciário mas apenas no que diz respeito a fazer valer o que está contido no estatuto.

Há ainda os fundos, que são um aspecto considerado altamente atrativo por Ruth Cardoso para o empresariado. "Quando se chega com uma proposta séria, o empresário fica entusiasmado." Hoje, qualquer pessoa física ou jurídica que fizer doações

pode descontar 1% do Imposto de Renda devido à Receita Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - A Presidência, não havendo objeção do Plenário, inclui em aditamento, na pauta do próximo dia 19 do corrente, o Projeto de Resolução nº 63, de 1995.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1995, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera dispositivos da lei de execução penal sobre exame criminológico e progressão do regime de execução das penas privativas de liberdade, e dá outras providências.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Lembro aos Srs. Senadores que, na próxima terça-feira, às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos realizará reunião no plenário do Senado Federal. Na ocasião, haverá debate sobre a estrutura fundiária e reforma agrária. Estarão presentes o Presidente da Contag, o Presidente da Sociedade Rural Brasileira, da Confederação da Agricultura no Brasil, da Coordenação do Movimento dos Sem-Terra, da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária.

Todos os Srs. Senadores estão convidados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Os Srs. Senadores Júlio Campos e Odacir Soares enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT) - Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores,

Governo Federal, em boa hora, decidiu abrir o mercado de seguro-saúde ao capital estrangeiro para que haja, maior competitividade no setor.

Esta abertura só será possível depois de declarado o interesse nacional, pois a Constituição Federal proíbe o aumento do capital estrangeiro nas seguradoras, assim como nos bancos.

Porém, os efeitos de competitividade só se farão sentir com a supressão do § 3º, do art. 199 da Constituição que "veda a participação de empresas de capitais estrangeiros na assistência à saúde no País".

Não existe qualquer argumento nacional a suportar a manutenção deste dispositivo, só se podendo compreendê-lo enquanto vitória do mais estreito nacionalismo, uma vez que não se consegue atinar em que a participação do capital estrangeiro no se-

tor de saúde possa contrariar os interesses nacionais.

Procurando sanar essa aberração constitucional apresentei em 5 de setembro de 1995 a Proposta de Emenda Constitucional nº 52, de 1995, suprimindo o § 3º do art. 199 da nossa Carta Magna.

A alteração proposta, ao eliminar a descabida discriminação ao capital estrangeiro, busca, evidentemente, atraí-lo ao País em maiores volumes, sob o fundamento irretoquível de que ele é necessário e até indispensável à dinamização e ao crescimento da economia nacional.

Ora, no momento em que se elimina do texto constitucional o conceito de empresa brasileira de capital nacional, visando a estimular um maior fluxo de capitais estrangeiros para setores produtivos, não faz qualquer sentido excluir esse mesmo capital do setor de saúde. Afinal, seria de todo incoerente modificar o conceito de empresa nacional e não eliminar as restrições ao capital estrangeiro. Desta forma, reclama urgente modificação o parágrafo terceiro do artigo 199, da Constituição Federal, que veda "a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País".

Uma das melhores e mais ricas tradições no campo do atendimento à saúde no Brasil é representada pelos hospitais fundados e mantidos pelas comunidades de imigrantes. À comunidade síria devemos o pionerismo na construção do Hospital do Coração. Também as comunidades portuguesa, israelita e sírio-libanesa deram enorme contribuição, construindo pelo País afora hospitais gerais de porte que prestam inestimáveis serviços à população.

Que diferença há em que essas comunidades criem casas de saúde ou que uma empresa estrangeira o faça? A implantação das Inúmeras Beneficências Portuguesa em diversos estados, do Hospital Albert Heinsten ou do Hospital Sírio-Libanês feriram, em algum momento, a soberania nacional? O Sistema Único de Saúde(SUS), em algum instante ocorreu risco de desaparecer em virtude da concorrência desses hospitais? É óbvio que não!

A rigor, a exclusão do capital estrangeiro do setor de saúde só traz prejuízos ao conjunto da população brasileira, que vê reduzidas suas opções de acesso a hospitais privados no exato momento em que o sistema público de saúde atravessa grave crise. É incompreensível que a proibição à participação de empresas estrangeiras no setor seja mantida numa conjuntura em que as verbas públicas para a saúde declinam ano a ano, os hospitals estão com-

pletamente sucateados, transformados em depósitos de doentes e a situação do atendimento é caótica, beirando o colapso.

É importante ressaltar, outrossim, que a crise do sistema hospitalar atinge não apenas as camadas populares – aqueles que batem às portas dos hospitais públicos ou conveniados. A classe média também não encontra, nas cidades grandes ou de médio porte, atendimento hospitalar ao nível de suas necessidades e de suas possibilidades econômicas. Mesmo a parcela mais rica da população, que pode pagar os preços cobrados pelos hospitals de melhor categoria, enfrenta muitas vezes dificuldades na procura por leitos vagos.

Essa situação de carência generalizada, que pode ser testemunhada por qualquer brasileiro que já teve um parente necessitando de internação, demonstra que o País é um campo aberto em termos de boas oportunidades para investimentos na área de saúde. O empresariado estrangeiro tem plenas condições de fazer seus cálculos de custo/benefício e avaliar em quais regiões do País vale mais a pena investir, bem como o qual o gênero e o porte de estabelecimento mais interessante economicamente.

Do ponto de vista do interesse nacional, o que se faz evidente é que a falta de leitos e a precariedade do atendimento tornam bem-vindos quaisquer investimentos no setor. Se existe a possibilidade de empresas estrangeiras construírem e administrarem hospitals de médio e grande porte, não há porque se opor à mudança da Carta Magna.

Entendemos que a vedação constitucional ora vigente tem um único grupo de beneficiados: os detentores dessa verdadeira reserva de mercado, que temem a concorrência por não se sentirem à altura para o confronto de técnicas gerenciais e de atendimento. Nos dias que correm, porém, as políticas públicas da Nação não são mais determinadas em função dos interesses particulares de pequenos grupos!

O que ressalta da análise do mencionado § 3º do art. 199 da Constituição Federal é sua total ausência de fundamento lógico. É evidente, a partir de qualquer critério de bom senso, que a entrada de empresas de capital não-brasileiro no setor de saúde não acabará com o Sistema Único de Saúde, pois esse é um serviço público imprescindível, que o Governo Federal sequer cogita de extinguir, por saber de sua importância para a população de baixa renda. Igualmente, não resiste à menor análise o argumento de que os hospitals públicos ou conveniados com o SUS deixariam de existir pela concorrência externa. Afinal, sua clientela é a população pobre,

que a eles continuaria ocorrendo. Da mesma maneira, não se pode afirmar com segurança que, eliminada a reserva e aberto o mercado, milhões de dólares serão investidos na construção de hospitais sofisticados voltados para o atendimento da minoria abastada dos brasileiros – aliás, se isso ocorresse, também não representaria qualquer prejuízo para a Nação.

Na verdade, nada permite dizer que o dinheiro estrangeiro a ser aplicado em hospitais destinar-se-á a estabelecimentos de grande porte e de tecnologia de ponta. É bem possível que estudos de viabilidade econômica recomendem a criação de hospitais de médio porte, com tecnologia adequada, em regiões hoje desprovidas de casas de saúde.

No que se refere ao argumento de que a instalação de hospitais sofisticados levaria a população que se serve do serviço público a reclamar atendimento equivalente, o qual o Estado não pode dar por falta de verbas para comprar equipamentos sofisticados e também por não ter certeza de que essa tecnologia é adequada ao País, só podemos ressaltar seu caráter caricato, absurdo e de completo *nonsense*, quando confrontado com a realidade de um povo pobre que muitas vezes não obtém atendimento algum, morrendo nas filas de espera!

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores:

A Proposta de Emenda Constitucional nº 52/95, que submeti ao Congresso Nacional, merece atenção especial desta Casa. Encontra-se na Pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com parecer favorável. Sua aprovação passou a ser de interesse público. Apelo aos nobres pares e, em especial, aos membros da Comissão de Justiça a aprovação da matéria por ser oportuna, necessária e conveniente para a melhoria e preservação do sistema de saúde brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ODACIR SOARES (PFL - RO) - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, no dia 30 de outubro, proferi um discurso nesta Casa, no qual abordei o tema da utilização dos recursos florestais da Amazônia e de Rondônia. Além de prestar contas aos Srs. Senadores dos avanços alcançados durante as sucessivas reedições da Medida Provisória nº 1511, nos meses de agosto, setembro e outubro, discorri sobre a exploração madeireira em Rondônia e a chamada "Operação Amazônia".

A "Operação Amazônia", nos moldes em que estava sendo praticada em Rondônia, vinha inviabilizando a indústria madeireira tanto das grandes em-

presas laminadoras, e das indústrias de compensado, voltadas para a exportação, como, também, das médias e pequenas serrarias.

A opinião pública em Rondônia via-se em estado de tensão devido às tentativas de fechamento da BR-364, em Ji-Paraná, e na BR-421, em Montenegro/Buritis. Os jornais de Porto Velho estampavam manchetes como esta: *Ibama fecha Rondônia*. Falava-se até numa operação de guerra contra a principal atividade econômica de Rondônia, desencadeada pelo Instituto Brasileiro de Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Queixavam-se, Sr. Presidente, não somente os industriais madeireiros, mas também os setores economicamente organizados como a Federação das Indústrias do Estado de Rondônia – FIERO, a Federação das Associações Comerciais – FAKER, a Federação da Agricultura do Estado de Rondônia – FAEARON, a Federação do Comércio do Estado de Rondônia – FECOMÉRCIO e a Associação de Indústrias Madeireira e Moveleira do Estado de Rondônia – AIMARO.

Para restabelecer o estado de equilíbrio e a paz de espírito, promoveu-se um verdadeiro desarmamento da classe empresarial, da classe política em todos os seus níveis: Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos e Vereadores. Sob a liderança do Excelentíssimo Senhor Governador Valdir Raupp, tomei a frente desses esforços e obtive em vários momentos o apoio do Sr. Presidente do Ibama, Dr. Eduardo Martins, que enviou prepostos seus a Rondônia, como o Dr. José de Almada Silva, Dr. Vicente da Silva, e Dr. José Carlos, que, em exaustivas discussões, troca de informações com a equipe local do Ibama, personificada no seu Superintendente, Dr. Reimundo Nonato e nas organizações do setor produtivo madeireiro de Rondônia, conseguiram desbastar, pouco a pouco, as áreas de atrito. Mediante o estabelecimento de uma crescente confiança de parte a parte, conseguiu-se, por fim, ultimar os preparativos para o grande encontro realizado em Porto Velho, no auditório da Faculdade de Ciências Humanas e Letras de Rondônia – FARO.

O espírito que presidiu o encontro pode ser traduzido pela faixa que encimava a mesa diretora, onde se lia: "*Ibama madeireiros: União Para Solução*". Ao convite que formulamos a todos os Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, FIERO, FAKER, FAEARON, FECOMÉRCIO, AIMARO e aos Sindicatos Madeireiros vinculados à Fiero, acudiram ao encontro e dele participaram aproximadamente duzentas e setenta pessoas.

Cumpre notar que a abertura do encontro ocorreu às 9:00 horas da manhã, e suas atividades estenderam-se até às 19:30h.

Os trabalhos, que tive a honra de presidir, iniciaram-se pela composição da Mesa, que foi, então, integrada pelo Governador Valdir Raupp, pelos Senadores José de Abreu Bianco, Ermandes Amorim, pelo Deputados Federal Eurípedes Miranda, pela Deputada Estadual Lucia Tereza, pelo Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia-FIERO, Dr. Miguel Souza, pelo Presidente do Ibama, Dr. Eduardo Martins, pelo Superintendente do Ibama, Dr. Raimundo Nonato e Dr. Vicente da Silva, Procurador do Ibama.

No primeiro período, fizeram uso da palavra todos os membros componentes da Mesa e, ainda, os Deputados Estaduais: Ivone Abraão, Eugênio Zigue, Odair Schon, Luiz Carlos Menezes, Carlos Magno, Donizetti José e Suelly Aragão.

Em seguida, foram ouvidos os Presidentes da FAEARON, Chico Padre e da Fecomércio, Luiz Tourinho. Inúmeros Presidentes de Sindicatos Madeireiros também se manifestaram, entre estes: Aldo Jósofovitz, do Sindicato de Cacoal, Carlos Antonio Schumann, do Sindicato de Vilhena, Antonio Alfonso Erdmann, do Sindicato de Espigão do Oeste, Paulo Jair Kreuz, do Sindicato de Ariquemes e Jurandir Gomes de Almeida, Presidente do Sindicato de Ji Paraná e Presidente da Airmar.

Todos eles, Sr. Presidente, políticos, empresários e representantes do setor produtivo convergiram na manifestação do mesmo pensamento: "a Medida Provisória nº 1511 agreou de maneira violenta a economia do Estado de Rondônia, limitando em 20% o uso de suas terras, reduzindo drasticamente todas as atividades produtivas que têm sua economia alicerçada na agricultura e extrativismo".

Os participantes acordaram, também, em que "... o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente usaram de artifícios "legais" inexequíveis, como o da Portaria 1535 e o da Instrução Normativa 001, que somadas ao uso arbitrário de fiscalizações, põem em risco todo o setor madeireiro, com possíveis demissões em massa".

A fala do Presidente do Ibama, Dr. Eduardo Martins, revelou muita tranquilidade, equilíbrio e sensibilidade didática. Reconheceu que o modelo de exploração florestal de Rondônia, resultante de uma taxa de urbanização elevada, proveniente das grandes levas de migrantes que acorreram a Rondônia, deixaram uma área de capoeiras estimada em três

milhões de hectares. Cota que precisa, com urgência, ser reincorporada ao processo produtivo, afirma.

Disse mais o Presidente Eduardo Martins que o modelo do Ibama, fundado na coação e no afã de fiscalizar para punir ou aplicar multas, está também ultrapassado e é insuficiente para promover modificações profundas no comportamental dos madeireiros de Rondônia. Aduziu que o germe da grande mudança estava ali mesmo no auditório da Faro, onde se realizava o evento. Ela firmava-se na troca de informações, na discussão de idéias, firme, mas receptiva. Considerou, ainda, o Presidente Eduardo Martins que o Estado de Rondônia, por seu Governador Valdir Raupp e Secretariado "... tem que assumir compromisso maior com o setor madeireiro, face a sua importância econômica e social".

Lembrou o Presidente Eduardo Martins que o Presidente da República, Dr. Fernando Henrique Cardoso, tem sustentado o conceito de que o destino da Amazônia é florestal, visto que a Amazônia possui um terço da reserva florestal mundial. Países como a Malásia e a Indonésia, que hoje controlam 80% do mercado mundial de madeiras, estão com os olhos voltados para a Amazônia. Disse, ainda, que o setor florestal precisa ser modificado. Construir uma Agenda Positiva para o setor madeireiro na Amazônia é estratégico, importante e inadiável.

Adotando posição defensiva, o Presidente do Ibama disse acreditar que o Ibama, por si só, seria incapaz de gerar tantas desgraças quanto as que se têm propalado. Acreditava, pois, que o papel de "sheriff" atribuído ao Ibama fosse apenas simbólico. O destino do Ibama é o de trabalhar pela preservação/conservação dos recursos florestais da Amazônia. É preciso buscar aliados no Governo do Estado e no Planafloro para o setor florestal de Rondônia.

Discutiu-se uma proposta de agenda positiva para o setor a qual inclui uma 1ª fase de verificação da situação da madeira, a constituição de um fundo para base de contribuição das taxas de reposição, que somadas às contribuições do Planafloro e do Governo do Estado poderiam viabilizar a exploração dos recursos madeireiros das Florestas Nacionais - Flonas, como a do Jamari e Bom Futuro. Essas Flonas seriam licitadas para uso dos empresários do setor, que não precisariam ter áreas de terras próprias. Paralelamente, seria ampliado o processo de implantação de projetos de plantio de essências florestais.

O Presidente do Ibama, referiu-se ainda à imprescindível necessidade de capacitação de mão-de-obra do setor madeireiro: operadores de moto-

serra, tratoristas, viveiristas, enfim, toda uma gama de mão-de-obra necessária aos trabalhos de exploração sustentável das Florestas Nacionais.

Uma outra necessidade identificada pelo Presidente do Ibama foi o da oferta de crédito apropriado, tanto para o estabelecimento de projetos de manejo sustentável, quanto para o plantio de florestas.

O Dr. Eduardo Martins concluiu sua exposição, assumindo um compromisso de que o sistema de fiscalização passaria por profundas mudanças, deixaria de ter aspectos unicamente punitivos, como multar e apreender caminhões e passaria a exercer uma fiscalização de caráter educativo-preventivo. Novamente, fez um apelo para que o Governador Valdir Raupp, se lance com obstinação em defesa do setor e de sua modernização. Aduziu que Rondônia poderá vir a ser um "projeto piloto", de utilização das Flonas, que servirá como referência para toda a Amazônia.

Após uma série de indagações e questionamentos, principalmente de parte dos Sindicatos Madeireiros vinculados à Fiero, como a Aimaro, suspendeu-se a reunião para iniciar-se imediatamente outra com um grupo menor, composto por 30 a 35 pessoas e constituído por técnicos do Ibama de Brasília e de Rondônia, assim como por representantes do setor madeireiro e da classe política.

Após duas horas de discussão, na qual detalhou-se a linha básica do documento, proposta pela FIERO/AIMARO, foi designado um grupo de redação que, ao final da tarde, arrematava o Termo de Ajuste e Compromisso Estabelecido entre Ibama, Governo do Estado de Rondônia e Setor de Base Florestal", pronto e apto para o recebimento das assinaturas.

O Termo de Ajuste e Compromisso tal como apresentado, continha os seguintes dispositivos:

PRINCÍPIOS:

1. declaração de origem da matéria prima

Para efeito de liberação das ATPFs, as empresas preencherão até 30/11/96, o formulário específico dos quantitativos de matéria prima florestal, estocada de acordo com as categorias abaixo:

- madeira de origem comprovada;
- madeira explorada em área, cujo projeto na ocasião encontrava-se em tramitação no Ibama;
- madeira explorada em área destinada a projetos agropecuários e Projetos de Assentamentos do Incra, porém sem autorização do Ibama;

- madeira explorada em pequenas propriedades nos termos da Portaria nº 049/95.

Para os dois últimos itens, além do cumprimento da reposição florestal, o Setor Produtivo e o Governo do Estado-RO, comprometem-se a implantar os bancos de germoplasma, priorizando as espécies florestais constantes nas declarações de estoque.

2. concessão das atps

As ATPFs serão liberadas de acordo com os quantitativos especificados na declaração de estoque.

3. manejo simplificado

No prazo de quinze dias, a partir desta data, o Ibama propõe-se a normatizar o manejo florestal, para projetos cuja área não exceda a 250 hectares.

4. pacto federativo de gestão descentralizada da política florestal

O Ibama e o Governo do Estado propõem-se a discutir e formular um termo de ajuste e compromisso para execução da política ambiental no Estado, até 31/12/96, o qual deverá ser formalizado a partir do próximo ano.

5. treinamento de pessoal

O Governo do Estado compromete-se a investir em treinamento de pessoal o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para atuar tanto no Setor Florestal quanto na Indústria, cujo ajuste será feito entre Fiero, Sindicatos, assim como representantes do Setor e do Ibama.

6. preenchimento das atps por grupo de espécie da matéria-prima

O Ibama propõe-se a criar um grupo de trabalho para discutir o assunto.

7. O grupo de trabalho integrado pelo Ibama, pelo Governo do Estado e pelo Setor produtivo, analisará e proporá mecanismos de Manejo Florestal para as Florestas Nacionais e Estaduais, pela iniciativa privada.

8. As partes interessadas no presente acordo comprometem-se a realizar uma reunião em Março de 1997 para avaliação das medidas propostas e ajustadas no presente termo.

9. O Ibama, o Governo do Estado e o Setor Produtivo comprometem-se a manter discussão e entendimento permanentes, visando a implementação das medidas de curto, médio e longo prazos, ora estabelecidas.

Tenho a certeza de que, com a efetivação dessa reunião que contou com a assistência de 270 interessados, avalizados pela classe política de Rondônia, por seu Governador, por instituições representativas e pelo setor produtivo pôde-se encontrar "...uma safda inteligente, séria e competente para

assegurar as atividades futuras das empresas madeireiras do Estado de Rondônia."

Obrigado,

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15h35min.)

1ª Reunião Extraordinária da Comissão Diretora do Senado Federal, realizada em 12 de novembro de 1996.

Aos doze dias de novembro do ano de mil novecentos e noventa e seis, às dez horas, na sala de autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal, sob a Presidência do Senador José Sarney, presentes os Senhores Senadores Teotonio Vilela Filho, Odacir Soares e Eduardo Suplicy. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara aberta a reunião. O Senhor Presidente inicia a reunião, apresentando o item constante da pauta: Item único: Emendas nº 1 a 9, de Plenário, oferecidas ao Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 63, de 1995, de autoria do Senador Lício Alcântara, que "institui coleção a ser editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, intitulada História Constitucional do Brasil, e dá outras providências". O Senador Teotonio Vilela Filho, relator da matéria, apresenta parecer favorável às Emendas nºs 1 a 9-CCJ, oferecidas ao Substitutivo. O Parecer é aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente suspendeu a reunião às dez horas e dez minutos, a fim de ser lavrada por mim, Agaciela da Silva Maia, Diretor-Geral do Senado, a presente Ata. Reaberta a reunião e lida pelo Senhor Primeiro Secretário, é a Ata aprovada por unanimidade pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às dez horas e quinze minutos, declara encerrada a reunião e assina a presente Ata.

Sala de Reuniões, 12 de novembro de 1996. –
Senador José Sarney, Presidente.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.276, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 15543/96-0, resolve dispensar o Servidor MANOEL ANTÔNIO DE CARVALHO, matrícula 3146, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 6 – Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-1, do Gabinete do Senador Hugo Napoleão, com efeitos financeiros a partir de 23 de novembro de 1996.

Senado Federal, 13 de novembro de 1996. –
Agaciela da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.277, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 15543/96-0, resolve designar o Servidor MANOEL ANTÔNIO DE CARVALHO, matrícula 3146, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 6 – Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-1, do Gabinete do Senador Hugo Napoleão, com efeitos financeiros a partir de 23 de outubro de 1996.

Senado Federal, 13 de novembro de 1996. –
Agaciela da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.278, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 15553/96-5, resolve designar a servidora do Prodases ROSÂNGELA CARNEIRO DE CARVALHO, matrícula 239, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Renan Calheiros, com efeitos financeiros a partir de 23 de outubro de 1996.

Senado Federal, 13 de novembro de 1996. –
Agaciela da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.279, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que constante do Processo nº 016.531/96-5, resolve nomear MARIA FILOMENA DE FARIA, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, 13 de novembro de 1996. –
Agaciela da Silva Maia, Diretor-Geral.

MESA
 Presidente
 José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente
 Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente
 Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário
 Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário
 Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário
 Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário
 Emanoel Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE
 Eduardo Suplicy – PT – SP
 Ney Suassuna – PMDB – PB
 Emilia Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
Corregedor
 (Eleito em 16-3-95)
 Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos
 (Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR
 (Designação: 16 e 23-11-95)
 Nabor Júnior – PMDB – AC
 Waldeck Ometas – PFL – BA

Emilia Fernandes – PTB – RS
 José Ignácio Ferreira – PSDB – ES
 Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
 Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes
 José Roberto Aruá – PSDB – DF
 Vilson Kleinübing – PFL – SC
 Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
 Jáder Barbalho

Vice-Líderes
 Nabor Júnior
 Gerson Camata
 Carlos Bezerra
 Ney Suassuna
 Gilvam Borges
 Fernando Bezerra
 Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL

Líder
 Hugo Napoleão
 Vice-Líderes
 Edison Lobão
 Francelino Pereira
 Joel de Hollanda
 Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
 Sérgio Machado
 Vice-Líderes

Geraldo Melo
 José Ignácio Ferreira
 Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB

Líder
 Epitacio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT

Líder
 José Eduardo Dutra

Vice-Líder
 Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB

Líder
 Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT

Líder
 Júnia Marise

Vice-Líder
 Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB

Líder
 Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS

Líder
 Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL

Líder
 Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC

Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Emilia Fernandes

1. Marina Silva

1. Darcy Ribeiro

Suplentes

PMDB

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

PTB

1. Arlindo Porto

PT

1. Lauro Campos

PDT

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAJMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-SILVA JÚNIOR	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6- HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393

PPB

EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56

PT

LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2- VAGO	

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
----------------	--------------	--------------------------	------------

PDT

JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
--------------	------------	-------------------	------------

PSB

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04
----------------	------------	------------------------	------------

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
 FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	

PFL

ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12

PPB

LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	2-SANDRA GUIDI	SC-4206/07

PT

MARINA SILVA	AC-2181/87.	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
----------------	--------------	--------------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
---------------	------------	----------------	--------------

PSB

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	
----------------------	------------	--------	--

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ

FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359

FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PMDB**

IRIS REZENDE	G0-2031/37	1- VAGO	
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/67
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEbet	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	R0-2231/37	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	

PPB

EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
--------------------	------------	----------------	------------

PT

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
--------------------	------------	---------------------	------------

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60
------------------	------------	--------------------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
---------------	------------	----------------	------------

PSB

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
----------------------	------------	------------------	------------

PPS / PSL

ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA *1	SP-2051/67		

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA Indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
IRIS REZENDE	GO-2031/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-2441/42
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	
PFL	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
PSDB	
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32
CARLOS WILSON	PE-2451/57
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
SANDRA GUIDI	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT	
MARINA SILVA	AC-2181/82
LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
PSB	
VAGO	1-VAGO

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
RAMEZ TEBET	MS-2222/23
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JADER BARBALHO	PA-2441/42
PFL	
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ ALVES	SE-4055/56
EDISON LOBÃO	MA-2311/12
PSDB	
CARLOS WILSON	PE-2451/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
SANDRA GUIDI	SC-4206/07
PT	
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16
PTB	
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
PSB / PPS	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
 SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
 TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA N° 06 ALA SENADOR NILO COELHO
 TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
 FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPIÑO MAIA
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	

PFL

FREITAS NETO	PI-2131/2132	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
VAGO		4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127

PPB

LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
------------------	--------------	----------------------	--------------

PDT

SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
-----------------	--------------	-----------------	--------------

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
------------------	--------------	--------------------------	------------

PT

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
--------------------	--------------	----------------	--------------

PSB

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
----------------	--------------	--------	--

PPS / PSL

ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057
----------------	--------------	--------------	--------------

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
 TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
 FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/31
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57
PFL	
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
PSDB	
GERALDO MELO	RN-2371/77
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT	
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
PSB / PPS	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
	1-ANTONIO C. VALADARES
	SE-2201/04

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1-titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA N° 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
 FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)**
(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça Cassildo Maldaner		Marluce Pinto ¹ Roberto Requião
Vilson Kleinübing Romero Jucá	PFL	
Lúdio Coelho	PSDB	Joel de Holanda Júlio Campos
Esperidião Amin	PPB	
Emilia Fernandes	PTB	Geraldo Melo

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95

2 Filado ao PSDB em 22-6-95

3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

PP		PT		DEPUTADOS
Osmar Dias ²				Benedita da Silva Eduardo Suplicy Lauro Campos
Titulares		Suplentes		
				Bloco Parlamentar PFL/PTB
Luciano Pizzatto				Antônio Ueno José Carlos Vilela
Paulo Bornhausen	PMDB			
Paulo Ritzel				Elias Abrahão Rivaldo Macari
Valdir Colatto	PSDB			
Franco Montoro				Yeda Crusius
Fetter Júnior ^{3 4}	PPB			João Pizzolatti
Dilceu Sperafico				Augustinho Freitas
Miguel Rossetto	PT			Luiz Malnardi

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL (R\$ 10,00)

Edição especial de 1995.

Resolução nº 93, de 1970. Texto consolidado, com as alterações adotadas pelas Resoluções nºs 51, 58 e 63, de 1989, e 1, 9, 17 e 52, de 1990.

REGIMENTO COMUM (CONGRESSO NACIONAL) (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Resolução nº 1/70 CN com alterações posteriores.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA N°s 1, 10, 12, 17, 22, 82 A 84, 88 A 108, 110 A 127. (R\$ 12,50 o volume)

Publicação trimestral de artigos jurídicos e técnico-legislativos com circulação ininterrupta desde 1964.

SENADO & CONGRESSO (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Proposições Legislativas, Tramitação, 1995.

Outros títulos

ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO (R\$ 5,00 o volume)

1º Volume: Defesa da concorrência no Mercosul – Professor Werter Faria; 2º Volume: A Defesa contra as práticas desleais na Europa – Um exemplo a seguir? – Professor Werter Faria; 3º Volume: O regime comum de origem no Mercosul; 4º Volume: ZPEs brasileiras – A necessidade de mudanças no contexto do Mercosul; 5º Volume: Disciplina da concorrência de controle das concentrações de empresas no Mercosul; 6º Volume: Os efeitos do artigo 98 do Código Tributário Nacional e o Processo de Integração do Mercosul; 7º Volume: O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente – sua necessidade num mercado comum; 8º Volume: Harmonização Legislativa no Mercosul.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO CORRELATA (R\$ 10,00)

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Código Penal e Código de Processo Penal. Lei das Contravenções Penais, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e sobre Crimes Hediondos. Resoluções da ONU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

OBRA SOCIAL É POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI (R\$ 25,00)

Edição de 1994. 4 volumes.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA (R\$ 12,00)

10ª edição atualizada, 1994.

Código Eleitoral. Lei de Inelegibilidade. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Eleições de 1994. Legislação correlata. Calendário eleitoral.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS